



FEBRABAN

Federação Brasileira de Bancos

**RELATÓRIO ANUAL
2014**



APRESENTAÇÃO	04
MENSAGEM DO PRESIDENTE	06
DESTAQUES DE 2014	10
A FEBRABAN	14
DESTAQUES MERCADOLÓGICOS	36
DESTAQUES INSTITUCIONAIS	56
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	70
ÍNDICE REMISSIVO GRI	84
CRÉDITOS	88

Apresentação

A Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) tem uma trajetória de quase cinco décadas pautada por inovação, diálogo permanente, transparência e compromissos sólidos com os públicos com os quais se relaciona. É uma associação civil sem fins lucrativos que congrega instituições financeiras bancárias, com atuação no território nacional, e associações representativas de instituições financeiras segmentadas e congêneres, de âmbitos nacional ou regional. [GRI 2.1 | 2.6 | 3.6](#)

Entre as diversas iniciativas da instituição está a elaboração de seu relatório anual, publicado desde 1993. Nesses mais de 20 anos, o documento tem sido aprimorado a fim de prestar contas a todos os públicos estratégicos. [GRI 3.3](#)

Esta edição segue, pelo sexto ano consecutivo, as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), em sua versão G3.1, nível C, e, pelo segundo exercício, procura incorporar a estrutura do Relato Integrado (<RI>), em atendimento às demandas atuais de comunicação e prestação de contas das empresas, organizações e sociedade em um mundo cada vez mais dinâmico e globalizado.

Para a elaboração deste conteúdo, além dos indicadores organizacionais, foram considerados os temas-chaves que compõem o planejamento estratégico da Federação e resultam do alinhamento diário com os representantes das instituições financeiras associadas e que integram o sistema financeiro brasileiro. Faz parte também desse conjunto os temas que abordam as atividades realizadas com todos os públicos envolvidos na cadeia de negócios do setor: governo, empresas, mídia, ONGs, instituições internacionais e sociedade em geral. [GRI 3.5 | 3.7 | 4.14](#)

Pelo segundo ano consecutivo o relato dos indicadores refere-se somente à Federação – com exceção de alguns dados econômico-financeiros que retratam resultados consolidados do setor bancário – e não ao desempenho das instituições financeiras associadas, que já o fazem em seus respectivos relatórios. Para isso, a entidade organizou-se internamente e, com o apoio de consultoria externa, selecionou os conteúdos que fariam parte deste relatório, baseando-se em entrevistas com executivos e na avaliação da capacidade de resposta às demandas do modelo GRI. [GRI 3.5 | 3.6 | 3.7 | 3.8](#)



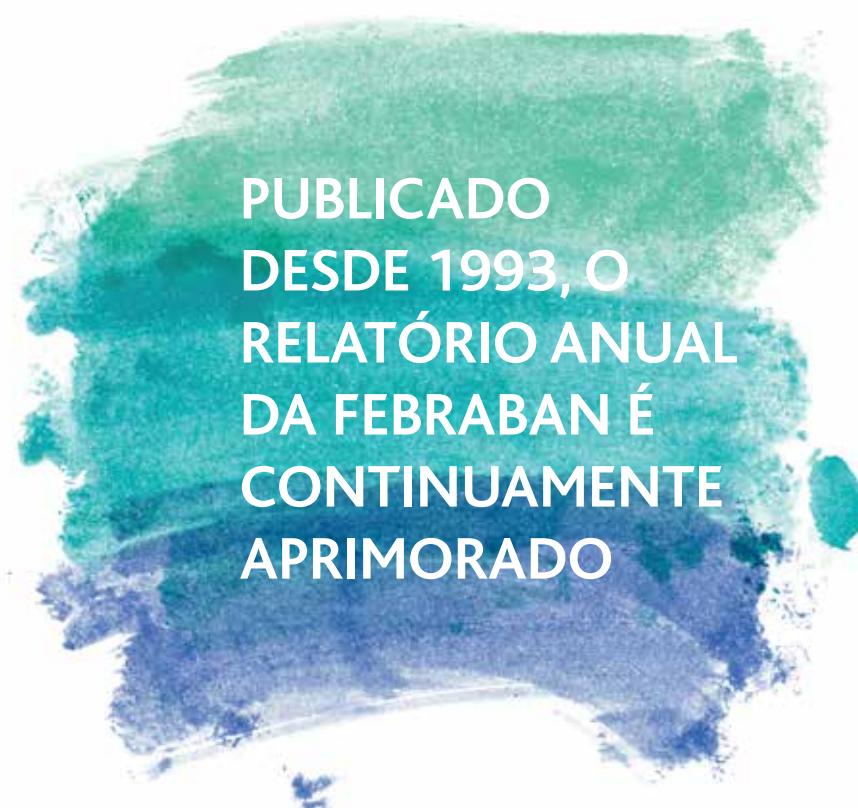
Foi possível identificar e responder um número maior de indicadores; são 26 indicadores de desempenho. A atuação ambiental deu-se como exercício para o engajamento interno. Apesar da delimitação do escopo, o relatório congrega algumas informações setoriais necessárias para a contextualização de iniciativas. [GRI 3.5 | 3.7](#)

O conteúdo aborda os desempenhos econômico, social e ambiental da FEBRABAN de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014 e traz também as informações sobre algumas iniciativas que serão desenvolvidas, ou estão em desenvolvimento, em 2015, além de apresentar o perfil da organização e seu modelo de atuação. Alguns indicadores de desempenho econômico trazem dados do setor financeiro. Não houve qualquer reformulação de informações apresentadas ou abordagens referentes a escopo, limite ou métodos de medição aplicados no relatório anterior. [GRI 3.1 | 3.6 | 3.8 | 3.10 | 3.11](#)

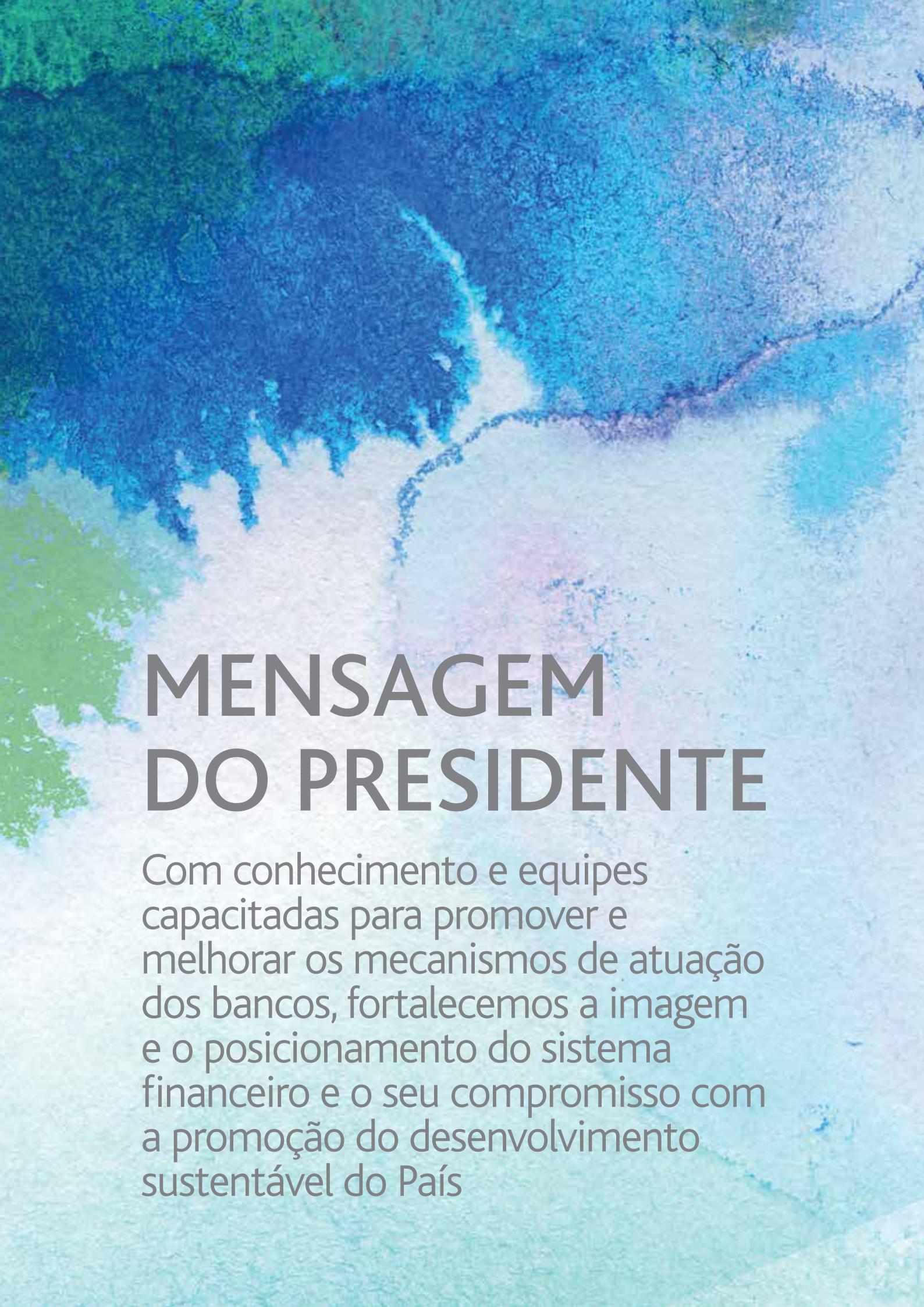
O relatório contou ainda com a participação de gestores de todas as áreas da Federação, que colaboraram no levantamento e na validação das informações.

Os indicadores GRI estão distribuídos ao longo da publicação, e o Índice Remissivo está disponível na página 84. [GRI 3.12](#)

Solicitações de mais informações ou esclarecimentos acerca do conteúdo apresentado neste documento podem ser enviadas pelo e-mail respsocial@febraban.org.br. [GRI 3.4](#)



**PUBLICADO
DESDE 1993, O
RELATÓRIO ANUAL
DA FEBRABAN É
CONTINUAMENTE
APRIMORADO**



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Com conhecimento e equipes capacitadas para promover e melhorar os mecanismos de atuação dos bancos, fortalecemos a imagem e o posicionamento do sistema financeiro e o seu compromisso com a promoção do desenvolvimento sustentável do País

Mensagem do Presidente

GRI 1.1

O ano de 2014 foi de grandes desafios. A economia nacional ficou praticamente estagnada. Entre os fatores que contribuíram para o fraco resultado econômico estão a queda da confiança empresarial e, consequentemente, o volume de investimentos, de dez pontos percentuais em relação a 2013. O consumo das famílias e o setor de serviços que vinham funcionando como motores do crescimento tiveram leve alta no ano, de 0,9% e 0,7%, respectivamente.

A indústria, por sua vez, recuou 1,2% e registrou indicadores preocupantes relacionados à taxa de desemprego, afetando a capacidade de consumo dos trabalhadores e das famílias. A inflação ficou em 6,4%, pouco abaixo do teto de 6,5% do intervalo de tolerância, e deve ser foco de atenção redobrada.

A retomada dos investimentos e reajustes importantes na macroeconomia nacional são essenciais para voltarmos a crescer. É fundamental direcionar esforços para o combate à inflação, para corrigir os desequilíbrios fiscais e estimular o crescimento da produtividade. Outra prioridade é aumentar a taxa de poupança doméstica – que, com cerca de 14% do PIB, é mais baixa que a de nossos vizinhos latino-americanos.

A economia mundial começou a dar sinais mais consistentes de recuperação, porém, de forma desigual, o que ainda demonstra efeitos retardados da crise financeira de 2008.

Já o mercado financeiro nacional manteve sua solidez, reconhecida internacionalmente. Várias iniciativas posicionam o País na vanguarda em produtos e serviços financeiros e na segurança de suas operações. É o caso do Índice de Basileia, no qual o Brasil atingiu a marca de 16,7%

No que se refere a outros requisitos de Basileia III, de liquidez, alavancagem e tratamento das instituições sistematicamente importantes, o Banco Central do Brasil (Bacen) realizou audiência pública e deve publicar as regras finais no primeiro semestre de 2015.

Em 2014, a FEBRABAN reforçou a importância e eficiência do modelo de atuação conjunta com os bancos e as instituições financeiras associados. Com a participação de 120 bancos, representamos 93% do patrimônio líquido e 97% dos ativos totais do sistema bancário nacional.

Avançamos no processo de reestruturação interna iniciado em 2012. Passo importante foi a implantação de sistema de planejamento estratégico e investimentos na gestão de pessoas e processos internos. Com o primeiro ano completo de funcionamento do escritório de projetos (PMO), a elaboração, o alinhamento e a execução

dos projetos passaram a acontecer por meio das 24 comissões técnicas, considerando metas internas para todas as áreas. Demos continuidade ao processo de profissionalização da equipe, com a instituição de nova política de recursos humanos e adequação de cargos e salários.

No apoio ao desenvolvimento profissional do setor, atuamos com sucesso em várias frentes. Em uma delas, em atendimento às novas regras do Bacen para a atividade dos agentes bancários, 80 mil agentes foram certificados. Estima-se que chegaremos a 100 mil certificados em 2015.

Com o Instituto FEBRABAN de Educação (INFI), realizamos mudanças no formato educacional, enfatizando os ambientes on-line e *mobile*. O portfólio de cursos foi reformulado e passou a contar com 80 cursos, que atendem a 20 frentes de atuação do setor, consolidando a importância do INFI no desenvolvimento e na disseminação do conhecimento para os profissionais envolvidos.

Nossa área de tecnologia também somou resultados positivos. Em parceria com a Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP), finalizamos o processo de construção da plataforma tecnológica para a Portabilidade Eletrônica de Crédito. De maio de 2014 a janeiro de 2015, ela recebeu mais de 800 mil pedidos de portabilidade das dívidas de financiamento de veículos, empréstimo consignado e créditos pessoal e imobiliário.

No tema da sustentabilidade ambiental, a FEBRABAN vem participando da pesquisa global “*Inquiry Into Design of a Sustainable Financial System*”, iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) para avaliar fatores, políticas públicas e inovações capazes de ampliar a destinação de recursos intermediados pelo sistema financeiro global para promover a transição para uma economia mais verde.

Realizamos, em parceria com o Centro de Estudos da Sustentabilidade (CES), da Fundação Getulio Vargas (FGV), três estudos sobre o tema no Brasil, que foram submetidos à consulta pública e, posteriormente, apresentados no seminário O Sistema Financeiro Nacional (SFN) e a Economia Verde, realizado em agosto.

Ainda em relação a questões que envolvem a sustentabilidade, participamos das discussões entre Poder Público, bancos e entidades do setor para a construção da Política de Responsabilidade Social (PRSA) para instituições financeiras, que entrou em vigor por meio da Resolução nº 4.327 do Banco Central do Brasil em 25 de abril de 2014. Realizamos diferentes atividades para estimular a troca de experiência entre os bancos, como *workshops* e cursos, e elaboramos materiais de orientação para nossos associados.

Com foco em toda a sociedade, especialmente nos jovens, firmamos parceria, por intermédio do Programa Meu Bolso em Dia, com o Instituto Akatu, para o desenvolvimento de quatro aplicativos: Nossa Água, Nossa Energia,

Nossa Alimentação e, em janeiro de 2015, Nossa Transporte. Os temas aliam educação financeira ao cuidado com o meio ambiente e o uso responsável dos recursos naturais.

Sabemos que muito há a ser feito. Mas estamos confiantes de que temos, a cada ano, uma Federação mais forte e sempre aberta ao diálogo e à troca de informações. Com conhecimento e equipes capacitadas para promover e melhorar os mecanismos de atuação dos bancos, fortalecemos a imagem, o posicionamento e o compromisso do sistema financeiro com a promoção do desenvolvimento sustentável do País.



“(...) O MERCADO FINANCEIRO NACIONAL MANTEVE SUA SOLIDEZ, RECONHECIDA INTERNACIONALMENTE.”

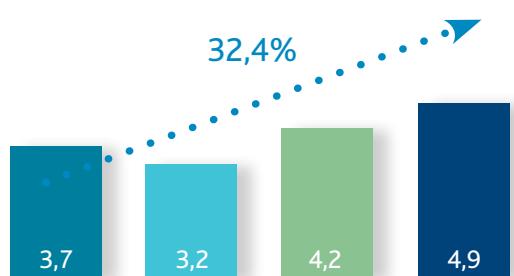
**Murilo Portugal
Presidente da FEBRABAN**

Destaques de 2014

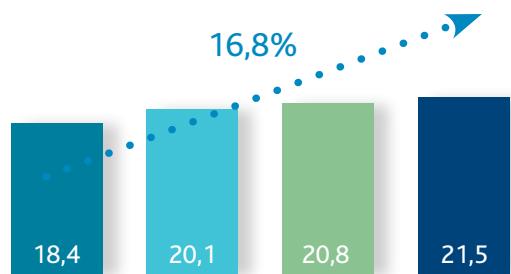
Boletos eletrônicos acumulados no Débito Direto Autorizado (DDA – milhões) GRI EN26



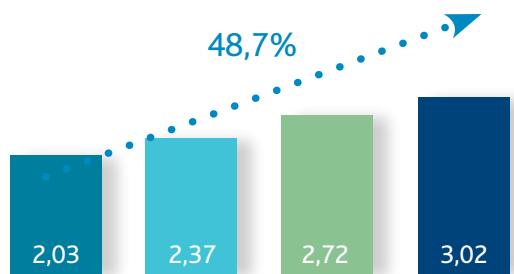
Acessos ao site do Sistema de Informações de Tarifas Bancárias (STAR – milhões)



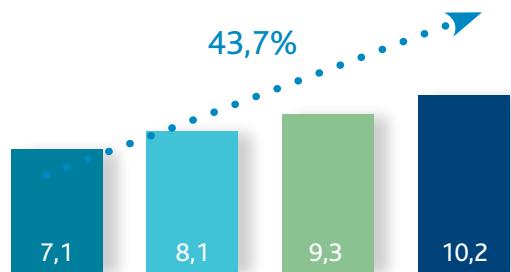
Investimento em tecnologia (R\$ bilhões)



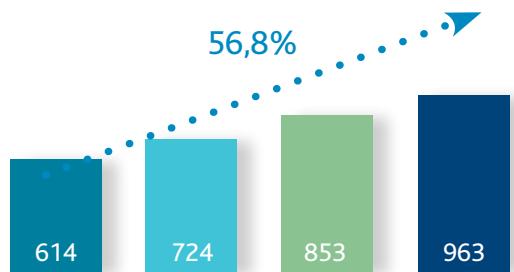
Crescimento do crédito (R\$ trilhões)



Transações com cartões de crédito (bilhões)



Valor das transações com cartões de crédito (R\$ bilhões)

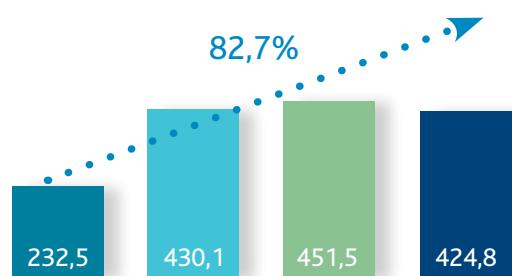




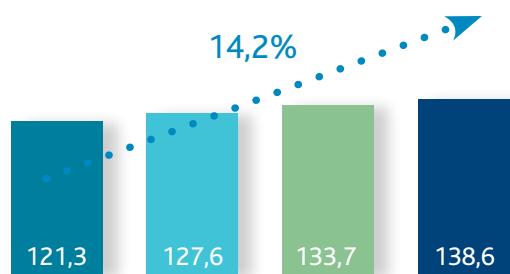
Contas-correntes ativas
(milhões)



Agências, postos bancários
e correspondentes
(milhares)



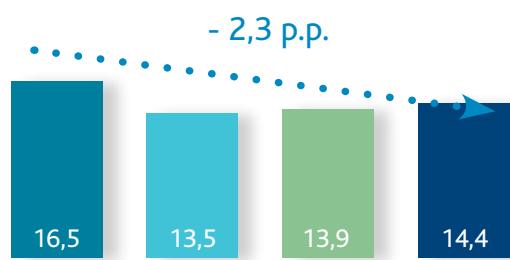
Consumidores com relacionamentos
ativos no sistema financeiro (milhões)



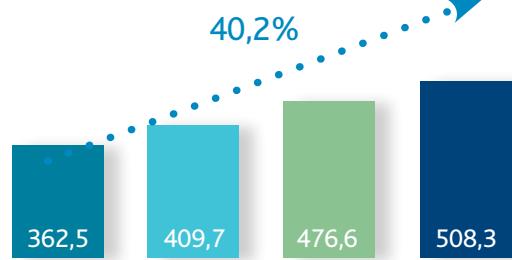
Lucro líquido do setor bancário
(R\$ bilhões)



Retorno sobre patrimônio líquido
do setor bancário (%)



Patrimônio líquido do setor bancário*
(R\$ bilhões)



* Valores revisados em 2014.

Outros destaques

IMPLANTAÇÃO
DO SISTEMA DE
PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
INVESTIMENTOS NA
GESTÃO DE PESSOAS E
PROCESSOS INTERNOS

INSTITUIÇÃO DE
NOVA POLÍTICA DE
RECURSOS HUMANOS
E ADEQUAÇÃO DE
CARGOS E SALÁRIOS

CERTIFICAÇÃO
DE 80 MIL AGENTES

REFORMULAÇÃO DO
PORTFÓLIO DO INFI, QUE
PASSOU A CONTAR COM
80 CURSOS, ATENDENDO
A 20 FRENTE DE
ATUAÇÃO DO SETOR

CONCLUSÃO DO CADASTRO
POSITIVO, QUE REÚNE
INFORMAÇÕES SOBRE
OS BONS PAGADORES
NO SISTEMA DE CRÉDITO
NACIONAL

REESTRUTURAÇÃO
DA EQUIPE DE SISTEMAS
E INVESTIMENTO EM
METODOLOGIAS,
PROCESSOS E
BOAS PRÁTICAS DE
DESENVOLVIMENTO
DE SOFTWARE

ESTABELECIMENTO DE 14 TEMAS PRIORITÁRIOS, DEFINIDOS PELO CONSELHO DIRETOR E PELA DIRETORIA-EXECUTIVA, A SEREM DESDOBRADOS EM PROJETOS E METAS PARA AS ÁREAS INTERNAS

PARTICIPAÇÃO DA PESQUISA GLOBAL “*INQUIRY INTO DESIGN OF A SUSTAINABLE FINANCIAL SYSTEM*”, DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE

CAPACITAÇÃO PARA A POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL (PRSA – RESOLUÇÃO NO. 4327/14 DO BANCO CENTRAL DO BRASIL). E EDIÇÃO DO NORMATIVO DE AUTORREGULAÇÃO SARB/14

CONCLUSÃO DAS ETAPAS DO SELO DE ADESÃO PARA A IDENTIFICAÇÃO DOS BANCOS PARTICIPANTES DO SISTEMA DE AUTORREGULAÇÃO BANCÁRIA (SARB)

REALIZAÇÃO DA 6ª EDIÇÃO DO PRÊMIO EM PARCERIA COM O INFI, QUE PASSOU A SE CHAMAR PRÊMIO INFI-FEBRABAN DE ECONOMIA BANCÁRIA

FINALIZAÇÃO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PLATAFORMA TECNOLÓGICA PARA A PORTABILIDADE ELETRÔNICA DE CRÉDITO



The background of the entire page is a high-angle aerial photograph of a river winding its way through a dense, green forest. The water is a vibrant blue-green color, contrasting with the surrounding lush greenery. The river's path is clearly visible as it curves through the landscape.

A FEBRABAN

Por meio da representação de seus associados, a organização contribui para o desenvolvimento econômico social e sustentável do Brasil

A FEBRABAN

O setor financeiro nacional reúne 172* instituições, das quais 120 estão representadas pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), que totalizam 93% do patrimônio líquido e 97% dos ativos totais do sistema bancário brasileiro. A Federação atua sob um modelo consolidado que permite captar as necessidades e os diferenciais em um mercado dinâmico e competitivo. Assim, tem diversificado e aperfeiçoado seus produtos e serviços para ampliar a eficiência do setor, melhorar os mecanismos de atuação dos bancos e fortalecer a imagem e o posicionamento do sistema financeiro na promoção do desenvolvimento sustentável do País. Sua estrutura e forma de atuação garantem a soma dos esforços, conhecimentos e recursos para potencializar os impactos positivos do sistema financeiro nos setores produtivos nacionais e na sociedade como um todo. [GRI 2.5 | 2.7](#)

A FEBRABAN atravessa nova fase de sua história, iniciada nos últimos dois anos com a implantação de sistema de planejamento estratégico e investimentos na gestão de pessoas e de processos. Essa reestruturação, construída a partir de um trabalho colaborativo que envolveu todas as áreas internas, fortalece o foco sobre os resultados que a organização entrega frente às demandas de seus associados e demais *stakeholders*.

* Bancos múltiplos públicos e privados, comerciais e de investimento, e Caixa Econômica Federal. Fonte: Banco Central do Brasil – Dezembro de 2014.

Internamente, foi constituída a Diretoria de Planejamento, Gestão de Projetos e Secretaria Geral, responsável pelos processos internos de consolidação e apoio ao planejamento estratégico anual; mensuração de resultados corporativos anuais da FEBRABAN e Diretorias Internas (metas); monitoramento do portfólio de projetos prioritários; organização de reuniões do Conselho Diretor e da Diretoria-Executiva; e assessoria direta à Presidência e Vice-Presidência. Externamente, a perspectiva dos associados é de consolidação das Comissões Executivas, das Comissões Setoriais e do modelo de governança, assim como a adoção de rotina de reporte periódico de projetos associados a temas estratégicos e comissões em reuniões da Diretoria-Executiva. [GRI 2.9](#)

A organização também tem ampliado sua participação no cenário internacional e, além de integrar a Federação Latino Americana de Bancos (FELABAN), foi convidada a participar, em 2014, de pesquisa global “*Inquiry into Design of a Sustainable Financial System*”, coordenada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – em inglês United Nations Environment Programme (UNEP) – sobre fatores, políticas públicas e inovações capazes de ampliar a destinação de recursos intermediados pelo setor financeiro para a Economia Verde. O presidente da FEBRABAN, Murilo Portugal, é um dos integrantes do Conselho Consultivo da iniciativa. [GRI 4.13](#)

MISSÃO, VISÃO E VALORES GRI 4.8

VISÃO

UM SISTEMA FINANCEIRO SAUDÁVEL, ÉTICO E EFICIENTE É CONDIÇÃO ESSENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E SUSTENTÁVEL DO PAÍS.

MISSÃO

CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E SUSTENTÁVEL DO PAÍS, REPRESENTANDO OS SEUS ASSOCIADOS E BUSCANDO A MELHORIA CONTÍNUA DO SISTEMA FINANCEIRO E DE SUAS RELAÇÕES COM A SOCIEDADE.

VALORES

- PROMOVER VALORES ÉTICOS, MORAIS E LEGAIS
- VALORIZAR AS PESSOAS, O TRABALHO E O EMPREENDEDORISMO
- INCENTIVAR PRÁTICAS DE CIDADANIA E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
- DEFENDER A INICIATIVA PRIVADA, O LIVRE MERCADO E A LIVRE CONCORRÊNCIA
- DEFENDER O DIÁLOGO, O RESPEITO E A TRANSPARÊNCIA NAS RELAÇÕES COM CLIENTES E COM A SOCIEDADE
- ATUAR COM PROFISSIONALISMO E TRANSPARÊNCIA
- VALORIZAR A DIVERSIDADE E A INCLUSÃO SOCIAL

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PERMANENTES

- Representar seus associados perante os poderes constituídos e entidades representativas da sociedade.
- Interagir com autoridades e instituições na elaboração e no aperfeiçoamento do sistema normativo.
- Desenvolver iniciativas para a contínua melhoria da produtividade do sistema e a redução dos níveis de risco.

- Zelar pela eficiência da intermediação financeira e aumentar a sua contribuição para a sociedade, inclusive desenvolvendo esforços que viabilizem o crescente acesso da população a produtos e serviços financeiros.
- Transmitir à sociedade o papel e a contribuição do sistema financeiro para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do País.



PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS GRI 2.2

- Elaboração de estudos e notas técnicas relativas aos projetos de lei no Congresso Nacional
- Coordenação de iniciativas judiciais para a defesa do setor
- Posicionamento nas mídias sobre temas de interesse dos associados e da sociedade
- Representação dos bancos entre autoridades, entidades nacionais e internacionais
- Elaboração, divulgação e discussão, com órgãos reguladores, de propostas com vistas à eficiência do sistema e à minimização de seus riscos
- Divulgação de informações sobre produtos e serviços bancários
- Coordenação de estudos, pesquisas e iniciativas que visem à melhoria da imagem do setor, do atendimento e das relações com os consumidores
- Implantação e gestão da autorregulação dos bancos
- Adoção de ações de responsabilidade social, sustentabilidade e inclusão
- Capacitação dos associados
- Realização de eventos de interesse dos associados e da sociedade
- Negociação do contrato coletivo de trabalho do setor
- Certificação Profissional FEBRABAN, que avalia as áreas de conhecimento e/ou habilidades, atestando o adequado nível de especialização dos profissionais no desempenho de suas atividades

MODELO DE ATUAÇÃO

O sistema financeiro brasileiro é considerado um dos mais avançados e seguros do mundo, o que resulta de amplo esforço setorial na busca permanente pelas melhores práticas, aliadas à tecnologia de ponta e a uma grande capacidade de inovação e visão de futuro.

Como principal entidade representativa do setor, a FEBRABAN tem sua atuação direcionada à consolidação de mecanismos e instrumentos que promovam os bancos e as demais instituições ao mesmo tempo em que busca fortalecer a capacidade do mercado financeiro na promoção do crescimento sustentável do Brasil.

Criada em 9 de novembro de 1967, a organização acumula, nesse quase meio século, conhecimento sólido, fruto da experiência de ter acompanhado todas as mudanças da sociedade e da economia brasileiras e os profundos avanços que o País alcançou nesse período. Seu modelo de atuação reforça esse compromisso ao prover o sistema bancário de condições e ferramentas necessárias para atender à sociedade com serviços e produtos que incrementem a economia, o ambiente de negócios e o desenvolvimento sustentável.

Para isso, conta com uma equipe de profissionais qualificada, que atua em várias frentes e em contato com diversos públicos estratégicos.

Com a participação direta de cerca de 2,5 mil representantes dos bancos e das instituições financeiras, que integram suas

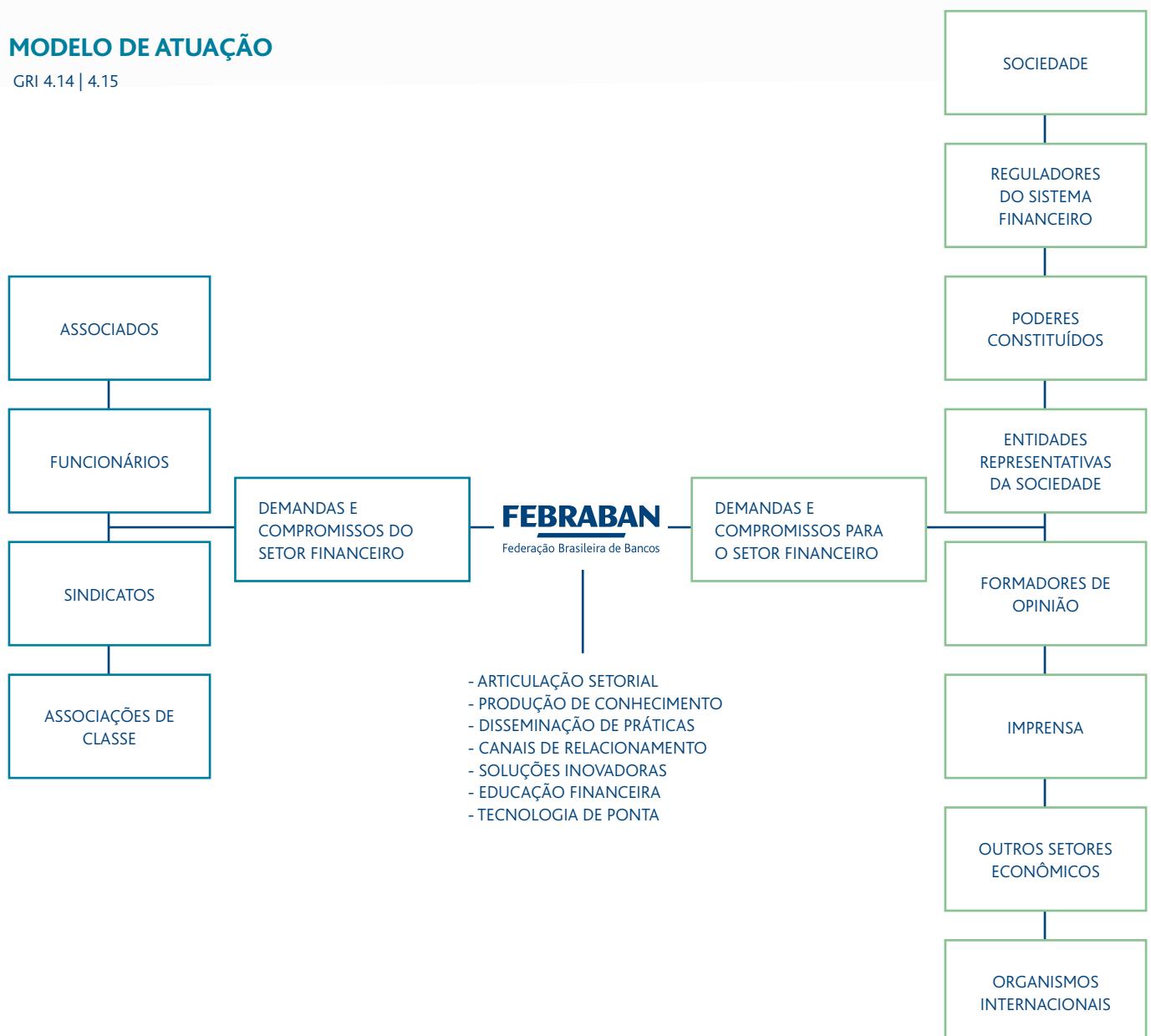
comissões e seus órgãos de governança, a FEBRABAN adota um modelo de atuação que permite congregar as demandas do setor para identificar os riscos, acompanhar e participar do ambiente regulatório e disseminar as melhores práticas do mercado.

Ao mesmo tempo, opera no sentido de reunir as demandas externas, sejam de órgãos reguladores do sistema financeiro, em suas esferas federal, estadual e municipal, sejam da sociedade, da imprensa e dos demais setores econômicos e organismos internacionais, e endereçá-las aos bancos e às demais instituições associadas. Esse modelo confere percepção única sobre os desafios do setor financeiro e as grandes oportunidades para que o Brasil possa continuar a crescer e ampliar suas conquistas econômicas e sociais. Ele está demonstrado a seguir.



MODELO DE ATUAÇÃO

GRI 4.14 | 4.15



Linhas de atuação

- Propor e defender mudanças ou edição de normas que aumentem a eficiência do sistema financeiro e o aprimoramento dos seus instrumentos
- Desenvolver e manter canais de comunicação com o Executivo, Legislativo, Judiciário, associações de classe, órgãos de defesa dos consumidores, sindicatos e demais entidades e organismos nacionais e internacionais
- Coordenar, quando necessária, a contratação de profissionais para a defesa de legítimos interesses dos associados
- Realizar e divulgar estudos e pesquisas visando ao aperfeiçoamento do sistema financeiro
- Comunicar o papel e a atuação do sistema financeiro, de forma proativa
- Manifestar-se, quando for o caso, sobre temas de interesse da opinião pública
- Desenvolver programas de formação e qualificação para os funcionários de autorregulação

ESTRUTURA GRI 2.3 | 2.8

A FEBRABAN encerrou 2014 com 115 funcionários, dos quais três estagiários, um aprendiz e 14 terceirizados. Com sede em São Paulo (SP), trata-se de uma estrutura enxuta, formada por profissionais alinhados a um modelo próprio de gestão, que atuam de forma integrada com todos os públicos estratégicos da organização. [GRI 2.4](#)

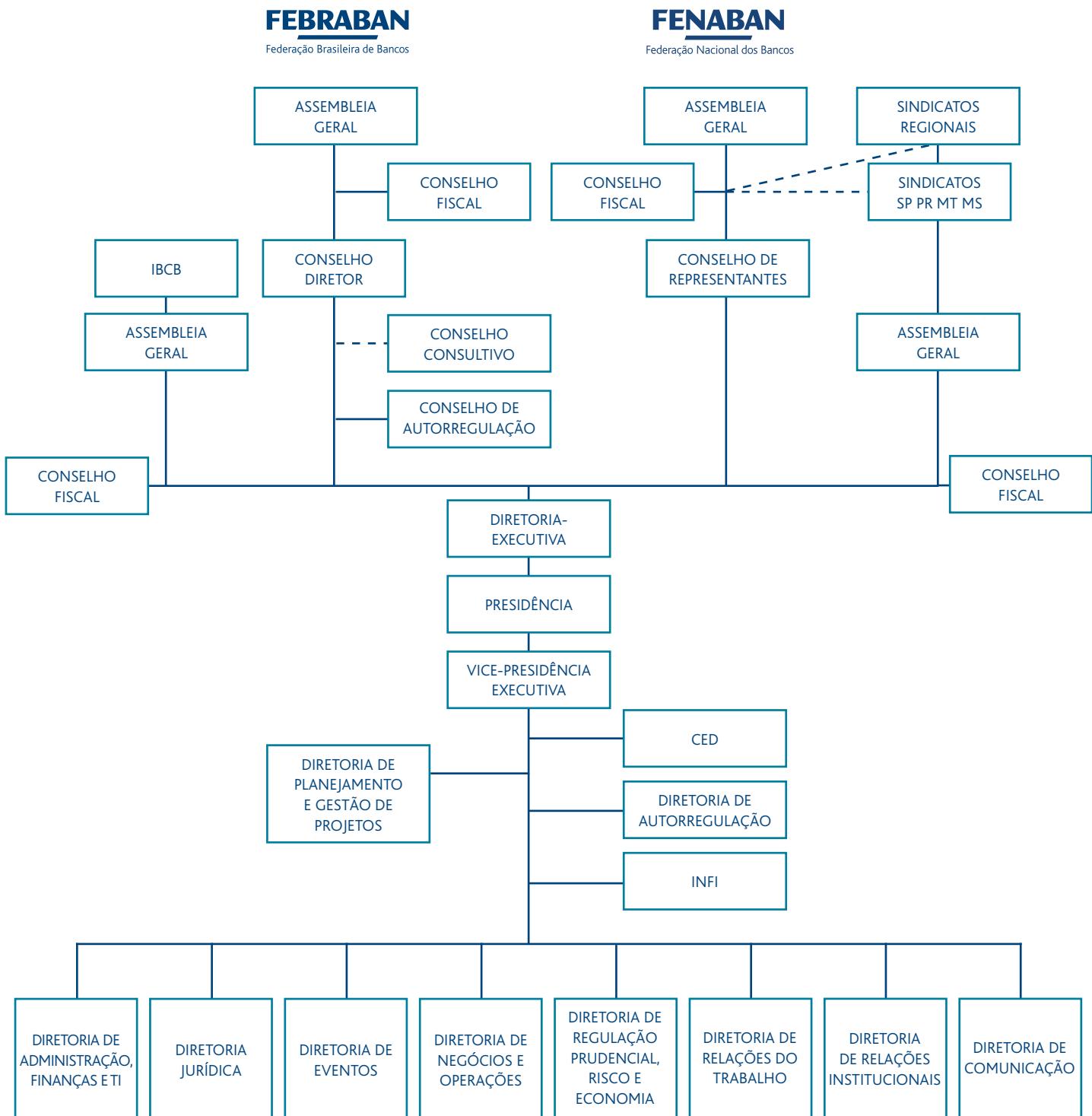
É esse modelo de contato direto com os representantes de bancos e instituições financeiras, além da ampla rede de relacionamentos e atuação com os demais segmentos dos setores público e privado, que garante à FEBRABAN condições para cumprir seu papel.

O processo acontece de forma unificada, via diferentes canais de comunicação e plataformas tecnológicas que respondem aos avanços obtidos nos últimos anos.



**O MODELO
DE ATUAÇÃO
DA ENTIDADE
INCORPORA
DEMANDAS DO
SETOR FINANCEIRO
NACIONAL**

ESTRUTURA GERAL

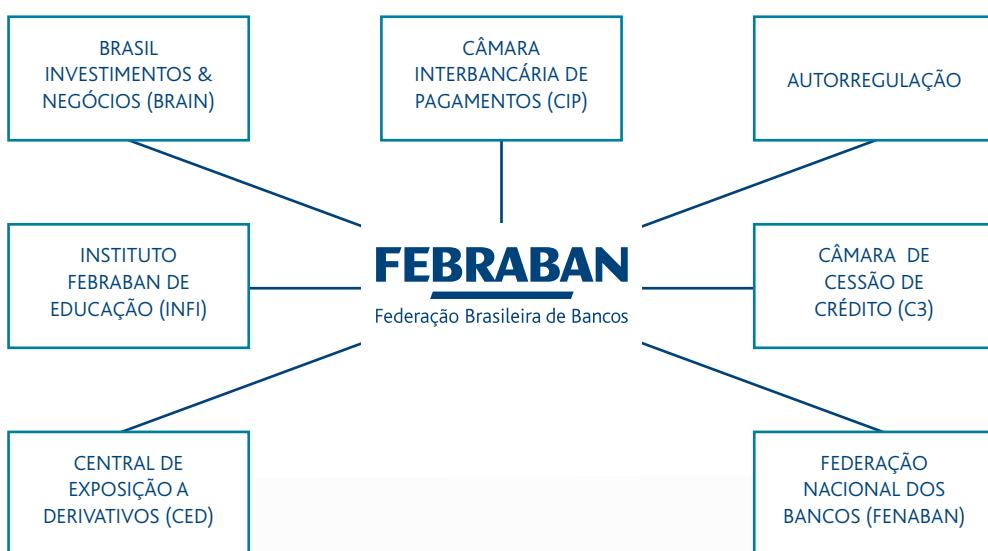


CONEXÕES

Desde a sua criação, a FEBRABAN mantém perfil de articuladora dos principais agentes do sistema financeiro e promotora de mecanismos e ferramentas que atendam às necessidades do setor e da sociedade.

Isso se dá tanto nas atividades desenvolvidas diretamente como na atuação em parceria com as demais organizações criadas a partir dessa mesma visão de integração e excelência nos serviços e produtos.

Com atuação em diferentes aspectos do complexo Sistema Financeiro Nacional, o grupo de organizações afins permite que as informações, os debates, as ferramentas e os mecanismos sejam aplicados da maneira mais otimizada e estratégica.



PESSOAS

A FEBRABAN conta com uma equipe de funcionários caracterizada pela qualidade e eficiência em suas áreas de atuação e pelo profissionalismo na execução do papel da Federação. Ao fim de 2014, eram 115 funcionários diretos e 14 terceirizados. A FEBRABAN aplica para todos os seus empregados a convenção coletiva de trabalho da categoria correspondente. [GRI LA1 | LA4](#)

Em 2014 houve a continuidade do processo de profissionalização, iniciado em 2012. A FEBRABAN instituiu nova política de recursos humanos e adequou cargos e salários. No ano, o menor salário pago aos homens foi 54% maior do que o salário-mínimo nacional. Já o menor salário entre as mulheres foi 152% superior ao salário-mínimo vigente no País. Os menores salários pagos aos homens refletem o fato de não haver mulheres na mesma posição. [GRI EC5](#)

A Federação ainda ampliou os mecanismos de análise de desempenho e meritocracia, com base nas metas estabelecidas em seu planejamento estratégico. A avaliação de desempenho é anual e abrange todos os funcionários, sendo que o *feedback* é informal, quando necessário, e formal no momento da avaliação. O sistema de avaliação de *performance* foi aperfeiçoado, ampliado e concedido com base no cumprimento das metas definidas no planejamento estratégico da Federação. [GRI LA12](#)

Houve também o fortalecimento da política de Recrutamento e Seleção, visando à atração de profissionais qualificados para as posições vagas e o aproveitamento de profissionais internos.

Os funcionários de todos os níveis hierárquicos têm como benefícios assistência médica, vale-refeição, previdência privada complementar, seguro de vida, assistência funeral, vale-alimentação e vale-transporte. Em relação às licenças-maternidade/paternidade, apenas um profissional a usufruiu, tendo permanecido no quadro após o retorno. As duas funcionárias que se valeram do benefício ainda não haviam retornado ao fim de 2014. [GRI LA3 | LA15](#)

No ano, na FEBRABAN, foram contratados 26 funcionários (16 mulheres e dez homens), dos quais dez têm até 29 anos, oito, de 30 a 39 anos, três, entre 40 e 49 anos, e cinco, acima de 50 anos, com predominância para o nível universitário; e desligados 22 profissionais (11 mulheres e 11 homens), dos quais cinco têm até 29 anos, 11, entre 30 e 39 anos, dois, entre 40 e 49 anos, três, entre 50 e 59 anos, e um, acima de 60 anos. O *turnover* do período foi de 21%. [GRI LA2](#)

Desconsiderando-se 20 funcionários da CED, IBCB e terceiros em 2013, o quadro da FEBRABAN era de 111 funcionários. Em 2014 o quadro cresceu para 115 funcionários.

No Instituto Brasileiro de Ciência Bancária (IBCB), foram seis desligados – sendo cinco mulheres (duas entre 18 e 29 anos, duas entre 30 e 39 anos e uma entre 50 e 59 anos) e um homem (entre 18 e 29 anos) – e seis contratados. Entre os novos colaboradores, quatro eram mulheres (duas entre 18 e 29 anos e duas entre 30 e 39 anos) e dois homens (um com idade entre 18 e 29 anos e um entre 30 e 39 anos). Já na Central de Exposição a Derivativos (CED), não houve alteração no quadro de pessoal no período. [GRI LA2](#)

TOTAL DE FUNCIONÁRIOS E DE TERCEIRIZADOS GRI LA1 | LA13

POR NÍVEL FUNCIONAL	2013 ¹		2014 ²	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Diretoria	14	1	12	1
Gerência	7	4	9	3
Chefia/Coordenação	0	1	0	1
Técnica/Supervisão	25	20	20	19
Administrativo	10	40	8	35
Operacional	3	0	3	0
Terceiros	9	12	6	8
Aprendizes	0	2	1	0
Estagiários	3	1	2	1
Total por gênero	71	81	61	68
Total	152		129	

1. Em 2013 foram considerados os funcionários do IBCB e da CED no quadro geral de funcionários da FEBRABAN, totalizando 20.

2. Em 2014, foram desconsiderados os funcionários dos IBCB e CED, totalizando 20.

FUNCIONÁRIOS DIRETOS DA FEBRABAN GRI LA1

POR FAIXA ETÁRIA	2013*		2014	
	TOTAL	HOMENS	HOMENS	MULHERES
18 a 29 anos	37	10	10	18
30 a 39 anos	39	10	10	20
40 a 49 anos	27	15	15	15
50 a 59 anos	19	13	13	4
Acima de 60 anos	9	7	7	3
Total por gênero	-	55	55	60
Total	131		115	

*Retirando-se 20 funcionários do IBCB e CED, o quadro de funcionários de 2013 totalizou 111

POR FORMAÇÃO	2013*		2014	
	TOTAL	HOMENS	HOMENS	MULHERES
Mestrado e doutorado	3	2	2	0
Superior e pós-graduação	100	44	44	44
Superior incompleto	17	5	5	8
Ensinos fundamental e médio	11	3	3	8
Total por gênero	-	55	55	60
Total	131		115	

*Retirando-se 20 funcionários do IBCB e CED, o quadro de funcionários de 2013 totalizou 111

POR TEMPO DE CASA	2013*		2014	
	TOTAL	HOMENS	HOMENS	MULHERES
Menos de 1 ano	12	8	8	10
1 a 5 anos	68	22	22	22
6 a 10 anos	20	12	12	11
11 a 15 anos	4	1	1	2
16 a 20 anos	8	6	6	7
Acima de 20 anos	19	6	6	8
Total por gênero	-	55	55	60
Total	131		115	

*Retirando-se 20 funcionários do IBCB e CED, o quadro de funcionários de 2013 totalizou 111

TOTAL DE FUNCIONÁRIOS E DE TERCEIRIZADOS DO IBCB E DO CED EM 2014 [GRI LA1 | LA13](#)

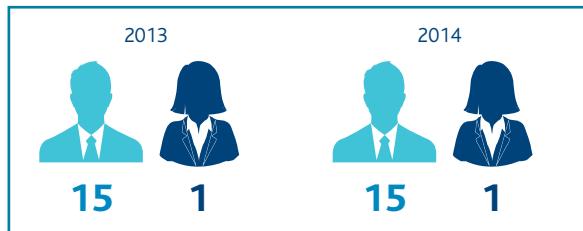
POR NÍVEL FUNCIONAL	IBCB		CED	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Diretoria	1	0	1	0
Gerência	2	0	0	0
Chefia/Coordenação	0	0	0	0
Técnica/Supervisão	0	1	1	1
Administrativo	4	8	0	0
Operacional	0	0	0	0
Terceiros	0	0	0	0
Aprendizes	0	0	0	0
Estagiários	1	0	0	0
Total por gênero	8	9	2	1
Total	17		3	

FUNCIONÁRIOS DIRETOS DO IBCB E DO CED EM 2014 [GRI LA1](#)

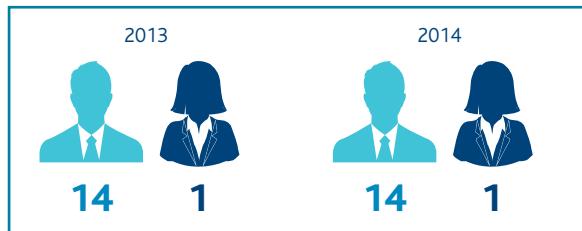
POR FAIXA ETÁRIA	IBCB		CED	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
18 a 29 anos	4	4	1	0
30 a 39 anos	2	5	0	0
40 a 49 anos	1	0	0	1
50 a 59 anos	1	0	0	0
Acima de 60 anos	0	0	1	0
Total por gênero	8	9	2	1
Total	17		3	
POR FORMAÇÃO	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
	1	0	0	0
Mestrado e doutorado	5	7	2	1
Superior e pós-graduação	2	1	0	0
Ensino fundamental e médio	0	1	0	0
Total por gênero	8	9	2	1
Total	17		3	
POR TEMPO DE CASA	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
	0	2	0	0
Menos de 1 ano	8	7	2	1
1 a 5 anos	0	0	0	0
6 a 10 anos	0	0	0	0
11 a 15 anos	0	0	0	0
16 a 20 anos	0	0	0	0
Acima de 20 anos	0	0	0	0
Total por gênero	8	9	2	1
Total	17		3	

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA CORPORATIVA POR GÊNERO GRI LA13

CONSELHO CONSULTIVO



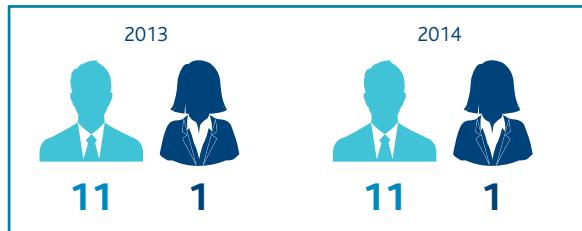
DIRETORIA-EXECUTIVA



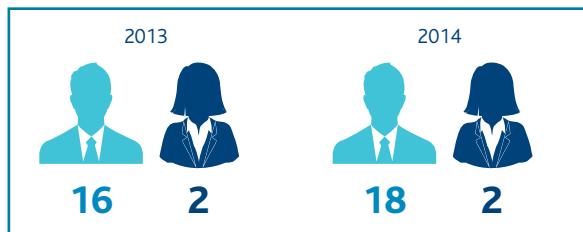
COMITÊ EXECUTIVO | RELAÇÕES INSTITUCIONAIS



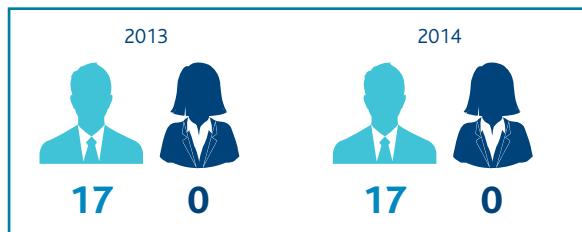
COMITÊ EXECUTIVO | SUPORTE E CONTROLES



COMITÊ EXECUTIVO | NEGÓCIOS



CONSELHO DIRETOR



LOGÍSTICA GRI EN26

O modelo do Transporte Compartilhado de Malotes (TCM) executado pela FEBRABAN foi revisto em 2014, o que resultou em maior eficiência e controle das operações. No modelo de governança, por exemplo, foi estabelecida estrutura centralizada capaz de coordenar todo o serviço de TCM, garantir o cumprimento do regulamento, gerenciar as demandas de serviços e atuar como interface entre as necessidades dos bancos e a execução do serviço em campo.

Foi aplicado ainda um sistema de rastreamento de malotes que permite sua localização a qualquer instante, evitando desvios e perdas

de informações confidenciais.

Paralelamente, foi contratado serviço de gestão de tratamento de ocorrências e atendimento para monitorar o cumprimento e a execução do serviço por meio de plataforma em tempo real.

Para 2015, está prevista a implantação do Projeto de Logística de Materiais Compartilhado, que funcionará sob os mesmos moldes do TCM. Com isso, ampliam-se também os benefícios do mecanismo de logística integrado para o sistema bancário, entre eles redução de custos, maior segurança no transporte de documentos e produtos e redução de emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE).

BENEFÍCIOS DO PROJETO DE LOGÍSTICA DE MATERIAIS COMPARTILHADO

Aspectos qualitativos



SOCIEDADE

- REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE CO₂
- FROTA REDUZIDA EM 400 VEÍCULOS
- 4.800 TONELADAS DE CO₂ A MENOS POR ANO
- REDUÇÃO DO TRÁFEGO NOS GRANDES CENTROS



FORNECEDORES

- GESTÃO MAIS PRÓXIMA
- OPERAÇÕES CENTRALIZADAS/REGIONALIZADAS
- ACOMPANHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS



BANCOS

- REDUÇÃO DE CUSTOS
- MELHORIA NA GESTÃO
- PADRONIZAÇÃO DOS CONTRATOS
- CONTROLE E RASTREABILIDADE E DE SUAS DATAS-BASE



GOVERNO

- MELHORIA E SISTEMATIZAÇÃO NO ACOMPANHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS, TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DOS FORNECEDORES

PLATAFORMA PARA FUTUROS COMPARTILHAMENTOS

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

GRI EN26

No ano a FEBRABAN realizou também importantes mudanças na sua área de TI para atender às novas diretrizes da Diretoria-Executiva, ao crescente volume de projetos e às elevadas expectativas dos bancos quanto às entregas. As mudanças incluíram a reestruturação da equipe de sistemas e um forte investimento em metodologias, processos e boas práticas de desenvolvimento de *software*. Esse conjunto de ações, aliado ao maior alinhamento da área com a Diretoria de Planejamento e Gestão de Projetos, assegura o aumento significativo na qualidade dos serviços prestados e o foco nos temas estratégicos da entidade.

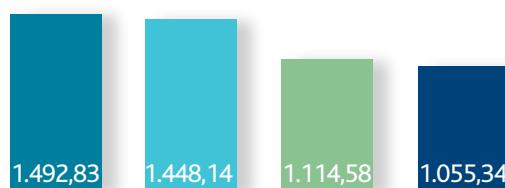
Entre os 12 projetos de sistemas concluídos, a área fez entregas relevantes, como o Banco de Dados e Indicadores do Setor Bancário, a coleta de informações para o Censo da Diversidade, os novos websites do Congresso e Exposição de Tecnologia da Informação das Instituições Financeiras (CIAB), da Central de Exposição a Derivativos (CED) e da Autorregulação e melhorias no sistema de Certificação de Profissionais (mais detalhes sobre essas entregas serão apresentados no decorrer deste relatório).

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

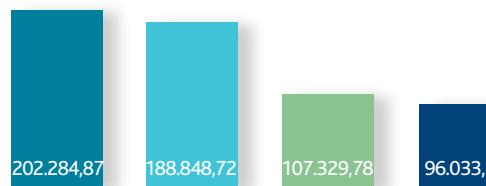
No âmbito de suas atividades institucionais, a FEBRABAN realizou diversas iniciativas para promover o uso responsável dos recursos naturais. Em eficiência energética, foi feito o isolamento das casas de máquinas do ar condicionado nas instalações da Federação visando à redução no consumo de energia elétrica. Essa e outras iniciativas resultaram em uma redução de 437,49 gigajoules (GJ) nos últimos três anos. Também foram executados serviços de acréscimo de carga e desmembramento de ligação nos andares 15º e 14º, conforme projeto aprovado pela Eletropaulo. Além disso, foram substituídos os oito compressores de 220V do sistema de ar-condicionado dos dois andares por outros de 380V. GRI EN7

Outro indicador que reflete os ganhos da economia no consumo de energia são os valores desembolsados anualmente, continuamente reduzidos. GRI EN5

Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária (GJ) GRI EN4



Gastos com energia (R\$)



■ 2011 ■ 2012 ■ 2013 ■ 2014

Consumo de água

Em relação ao consumo de água, foram adotadas algumas medidas, como a troca de sistemas hidráulicos na sede e a instalação de torneiras com sistema automático de fechamento. Não é possível mensurar a economia proporcionada, pois o consumo de água é rateado entre os condôminos do edifício da sede. GRI EN8

Outras ações no mesmo sentido incluem a aquisição de produtos recicláveis e a impressão de materiais gráficos com o selo Forest Stewardship Council (FSC), que atesta o manejo florestal sustentável na produção de papel.

O MODELO DE GOVERNANÇA DA FEBRABAN REFLETE A INTEGRAÇÃO ENTRE OS REPRESENTANTES DOS BANCOS ASSOCIADOS

GOVERNANÇA

A governança da FEBRABAN agrega Diretorias e Conselhos compostos por representantes dos bancos e de outros setores econômicos que, a partir da liderança do Conselho de Administração, do planejamento integrado e do apoio das diretorias internas e das comissões, orientam as atividades. Veja a seguir a composição desse quadro, de acordo com o perfil de cada grupo de *stakeholder* e sua atuação correspondente.

INTEGRANTES	ESTRUTURA	ATUAÇÃO
Bancos	Conselho Diretor	Gestão Estratégica
Bancos e outros setores econômicos	Conselho Consultivo Conselho de Autorregulação	Aproximação com os setores econômicos Aperfeiçoamento dos processos
Bancos e FEBRABAN	Direção Executiva Presidência e Vice-Presidência Executiva Comitês Executivos Comissões Técnicas	Gestão Estratégica e Executiva Gestão Executiva e Operacional

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA GRI 4.1





Os bancos associados são os principais integrantes do modelo de governança da FEBRABAN. São os representantes desses bancos que compõem o Conselho Diretor e definem a gestão estratégica da entidade. O presidente do Conselho não é diretor-executivo da instituição, mas sim um dos presidentes executivos dos bancos associados. Também eles, em conjunto com outros representantes de setores da sociedade, formam o Conselho Consultivo e o Conselho de Autorregulação, responsáveis pela aproximação com setores econômicos e pelo aperfeiçoamento dos processos da Federação. A composição completa dos Conselhos da FEBRABAN está disponível na internet, em www.febraban.org.br, no link Estrutura Geral. [GRI 4.2 | 4.3](#)

Assembleia Geral

- Representantes das 120 instituições financeiras associadas à FEBRABAN.
- Máxima instância decisória.
- Em caso de necessidade, pode se reunir extraordinariamente.

Conselho Diretor

- Tem como missão estabelecer a orientação geral das atividades da FEBRABAN e sua correta execução.
- A composição varia entre um número mínimo de 18 e um máximo de 30 integrantes.
- Todos os integrantes são representantes de instituições financeiras.
- Mandato de três anos.

Conselho Consultivo

- Convocado apenas pelo presidente da FEBRABAN.
- Formado por 16 conselheiros.
- Sete conselheiros do sistema bancário público e privado.
- Nove conselheiros de outros setores produtivos, da sociedade civil e com reconhecido saber em áreas de interesse da entidade.
- Mandato de 18 meses.

Conselho Fiscal

- Fiscaliza a gestão administrativa.
- É responsável pela análise de títulos, registros e documentos da FEBRABAN.
- Coordena a auditoria externa e examina as demonstrações financeiras.
- Elabora o relatório anual de gestão.
- Formado por três membros efetivos e três suplentes, com mandatos de três anos.
- As reuniões acontecem na 1ª quinzena de abril e, extraordinariamente, quando necessário.

Conselho de Autorregulação

- De caráter normativo e de administração do Sistema de Autorregulação Bancária.
- Formado por representantes dos bancos associados e da sociedade civil.
- Edita normativos e estabelece diretrizes, políticas, regras e procedimentos de autorregulação.
- Mandato de três anos.

Diretoria-Executiva

- Cumpre as deliberações do Conselho Diretor e da Assembleia Geral.
- É responsável pela administração e gestão das atividades da FEBRABAN.
- Formada por um presidente e um vice-presidente executivo indicados pelo Conselho Diretor, até dois vice-presidentes e até 15 diretores eleitos entre administradores estatutários das Associadas Nível I (consideradas as instituições financeiras bancárias, com atuação no território nacional) e até cinco diretores como representantes das Associadas Nível II (associações representativas, em âmbitos nacional ou regional, de instituições financeiras ou de empresas com atividades congêneres ou complementares à atividade bancária).
- Mandato de três anos.

Comitês Executivos

- Atuação em três áreas:
 - Relações Institucionais
 - Suporte e Controles
 - Negócios

Os Comitês Executivos promovem a integração de iniciativas em curso nas Comissões Técnicas e qualificam os assuntos prioritários para deliberação da Diretoria-Executiva. Dois comitês reúnem-se periodicamente: Suporte e Controles e Negócios. O Comitê de Relações Institucionais não se reuniu em 2014. Com a implementação do reporte recorrente de Comissões Técnicas em reuniões da Diretoria-Executiva, os Comitês Executivos foram descontinuados em 2015.

Comissões: pilares operacionais da FEBRABAN

As Comissões são parte fundamental da estrutura de funcionamento da FEBRABAN. Divididos em Comissões Executivas e Comissões Setoriais, os órgãos ficam a cargo de um diretor setorial (com suplente) e de um diretor da Federação. É por meio delas que a instituição recebe e encaminha os temas e as soluções que envolvem demandas do setor financeiro nacional. Confira as principais características dessas instâncias:

- Participação de representantes dos bancos associados com conhecimento abrangente de negócios e operações bancárias.
- Temas tratados em cada comissão determinam o grau de senioridade dos participantes.
- Suporte à implementação dos projetos oriundos dos temas estratégicos.
- Promoção de discussões, elaboração de pesquisas, realização de estudos, análise de alternativas e formulação de propostas de encaminhamentos à Diretoria-Executiva.
- Participação em discussões com *stakeholders*, como Banco Central, ministérios, entidades representativas, formadores de opinião, setores econômicos e sindicatos.
- Definição da formação de subcomissões e/ou grupos de trabalho.

Diferença entre modelos de atuação das Comissões Executivas e Setoriais

Comissão Executiva

- Liderança dos temas estratégicos
- Máximo de 15 participantes, sendo um por instituição
- Senioridade mínima de 3º nível na estrutura organizacional

Comissão Setorial

- Sem restrição no número de participantes
- Senioridade conforme necessidade da comissão
- Discussões técnicas

COMISSÕES EXECUTIVAS E SETORIAIS

EXECUTIVAS

- Ambiente de crédito
- Assuntos jurídicos
- Crédito consignado
- Eficiência e compartilhamento
- Financiamento de veículos
- Gestão de riscos
- Operações de tesouraria
- Prevenção à fraude
- Produtos bancários PF
- Produtos bancários PJ
- Recursos humanos
- Segurança bancária
- Tecnologia e automação bancária
- Tributária

SETORIAIS

- Assuntos contábeis
- Auditoria interna
- Compliance
- Imagem e comunicação
- Negócios internacionais
- Ouvidorias e relações com clientes
- Responsabilidade social e sustentabilidade
- SACs
- Assuntos do BNDES
- Crédito rural

DIRETORIA DE REGULAÇÃO PRUDENCIAL, RISCOS E ECONOMIA

COMISSÕES

- AMBIENTE DE CRÉDITO
- GESTÃO DE RISCOS
- ASSUNTOS CONTÁBEIS
- AUDITORIA INTERNA
- COMPLIANCE
- NEGÓCIOS INTERNACIONAIS

DIRETORIA DE NEGÓCIOS E OPERAÇÕES

COMISSÕES

- CRÉDITO CONSIGNADO
- EFICIÊNCIA E COMPARTILHAMENTO
- FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS
- OPERAÇÕES DE TESOURARIA
- PREVENÇÃO À FRAUDE
- PRODUTOS BANCÁRIOS PF
- PRODUTOS BANCÁRIOS PJ
- SEGURANÇA BANCÁRIA
- TECNOLOGIA E AUTOMAÇÃO BANCÁRIA
- ASSUNTOS BNDES
- CRÉDITO RURAL

DIRETORIA DE IMAGEM E COMUNICAÇÃO

COMISSÕES

- COMUNICAÇÃO

DIRETORIA DE AUTORREGULAÇÃO

COMISSÕES

- OUVIDORIA E RELAÇÕES COM CLIENTES
- SACs

DIRETORIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

COMISSÕES

- RECURSOS HUMANOS

DIRETORIA JURÍDICA

COMISSÕES

- ASSUNTOS JURÍDICOS
- TRIBUTÁRIA

DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

COMISSÕES

- RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE

FORMA DE TRABALHO

Em 2014, primeiro ano de adoção integral do novo modelo de planejamento estratégico, foram estabelecidos 14 temas prioritários, definidos pelo Conselho Diretor e pela Diretoria-Executiva, desdobrados em projetos e metas para as áreas internas da FEBRABAN, atendendo às necessidades do setor bancário. São eles:

- ✓ PLANOS ECONÔMICOS
- ✓ MELHORIA DO AMBIENTE DE CRÉDITO
- ✓ AGENDA LEGISLATIVA POSITIVA
- ✓ CUSTO DE OBSERVÂNCIA
- ✓ RELAÇÕES DE TRABALHO, TERCEIRIZADOS E CORRESPONDENTES
- ✓ AUMENTO DE EFICIÊNCIA/COMPARTILHAMENTO
- ✓ TRIBUTAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO
- ✓ REGULAÇÃO PRUDENCIAL
- ✓ IMAGEM PÚBLICA DO SETOR
- ✓ PREVENÇÃO À FRAUDE
- ✓ AUTORREGULAÇÃO
- ✓ SEGURANÇA BANCÁRIA
- ✓ INCLUSÃO E EDUCAÇÃO FINANCEIRA
- ✓ RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GESTÃO DE PROJETOS

A Diretoria de Planejamento e Gestão de Projetos conduz o processo de planejamento estratégico anual, suportando as Diretorias Internas e Comissões da FEBRABAN com metodologias baseadas nas melhores práticas de mercado.

O planejamento estratégico envolve a definição de temas estratégicos, projetos, orçamento e metas. Uma vez concluído o planejamento, projetos e metas são continuamente monitorados e reportados em reuniões das Comissões e da Diretoria-Executiva, buscando benefícios para o setor bancário. Confira o fluxo do planejamento estratégico:

1. Diretoria-Executiva e Conselho Diretor definem temas estratégicos para atuação da FEBRABAN.
2. Diretores internos e Comissões propõem projetos, orçamento e metas.
3. Diretoria-Executiva e Conselho Diretor priorizam projetos e aprovam orçamento e metas.

4. Diretores internos planejam e gerenciam projetos.
5. Diretoria de Planejamento e Gestão de Projetos monitora a evolução do portfólio de projetos e o cumprimento de metas.

Para 2015, o processo de priorização resultou em dez temas estratégicos para a atuação da FEBRABAN:

- ✓ RELAÇÕES TRABALHISTAS
- ✓ PLANOS ECONÔMICOS
- ✓ AUTORREGULAÇÃO
- ✓ MELHORIA DO AMBIENTE DE CRÉDITO
- ✓ QUALIDADE DOS SERVIÇOS BANCÁRIOS/ RELACIONAMENTO COM CLIENTES
- ✓ TRIBUTAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO
- ✓ RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E AGENDA INSTITUCIONAL
- ✓ AUMENTO DE EFICIÊNCIA E COMPARTILHAMENTO
- ✓ IMAGEM PÚBLICA DO SETOR
- ✓ REGULAÇÃO PRUDENCIAL

REPRESENTAÇÕES

Como principal entidade representativa do setor financeiro brasileiro, a FEBRABAN incorpora também a articulação com entidades afins e demais organizações relacionadas ao setor, bem como de outros segmentos produtivos e da sociedade em geral.

Na Federação Latino-Americana de Bancos (FELABAN), que reúne 19 países do continente e mais de 500 bancos e instituições financeiras, a FEBRABAN representa o setor do Brasil, o maior da região. Sua participação se dá de forma colaborativa, como disseminadora das boas práticas e de padrões que são referência no exterior.

Outra participação que reflete o compromisso da Federação com a promoção de um ambiente de negócios cada vez mais eficiente e com responsabilidade social é no Cadastro Empresa Pró-Ética, uma iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Com outros oito membros, a FEBRABAN integra o Comitê

Gestor do Cadastro Empresa Pró-Ética, a instância colegiada responsável por analisar pedidos de inclusão de empresas no cadastro e deliberar sobre a admissão e discutir e definir atualizações dos requisitos para integrá-lo. Além de CGU, Ethos e FEBRABAN, compõem o Comitê a Confederação Nacional de Indústrias (CNI), a BM&FBOVESPA, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Já com a Brasil Investimentos e Negócios (BRAiN), a Federação soma esforços para tornar o Brasil um polo de investimentos e negócios. A organização busca trabalhar as condições de crescimento baseadas em um mercado de capitais forte, estimulando o financiamento por parte de poupadore e investidores, indo além dos bancos e do Estado como financiadores do desenvolvimento.

Em 2014, alguns dos destaques da BRAiN foram no projeto de integração financeira da América Latina, que envolve seis países (Peru, Chile, Brasil, Colômbia, México e Argentina), e no Doing Business, cuja finalidade é melhorar o ambiente de negócios no Brasil, tendo como base o relatório Doing Business, do Banco Mundial, e contribuir decisivamente para o aumento de produtividade. Por conta do trabalho da BRAiN, o Brasil avançou dez posições de 2013 para 2014 no Doing Business, passando da 130^a para a 120^a posição.

A FEBRABAN participa do Conselho Consultivo da iniciativa das Nações Unidas para aumentar o fundo de capitais intermediados pelo setor financeiro global para a Economia Verde. Além do Brasil, participam a China, países da Europa, como o Reino Unido, e também a Índia, a Indonésia, a África do Sul, a Uganda e os Estados Unidos.

Também tem participação nas seguintes instituições nacionais e internacionais:

GRI 4.13

Institute of International Finance (IIF) – Estados Unidos – Associação internacional que reúne representantes da indústria financeira, de seguradoras, escritórios de advocacia, consultorias e reguladores, entre outros grupos do setor de todos os países do mundo.

International Banking Federation (IBFed) – Reino Unido – O Brasil é o único país convidado a participar dessa federação internacional de bancos da Europa, Ásia, África, Oceania, América do Norte e América do Sul.

Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Enccla)

Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA)

Ciência sem Fronteiras (ver mais no capítulo Responsabilidade socioambiental)

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

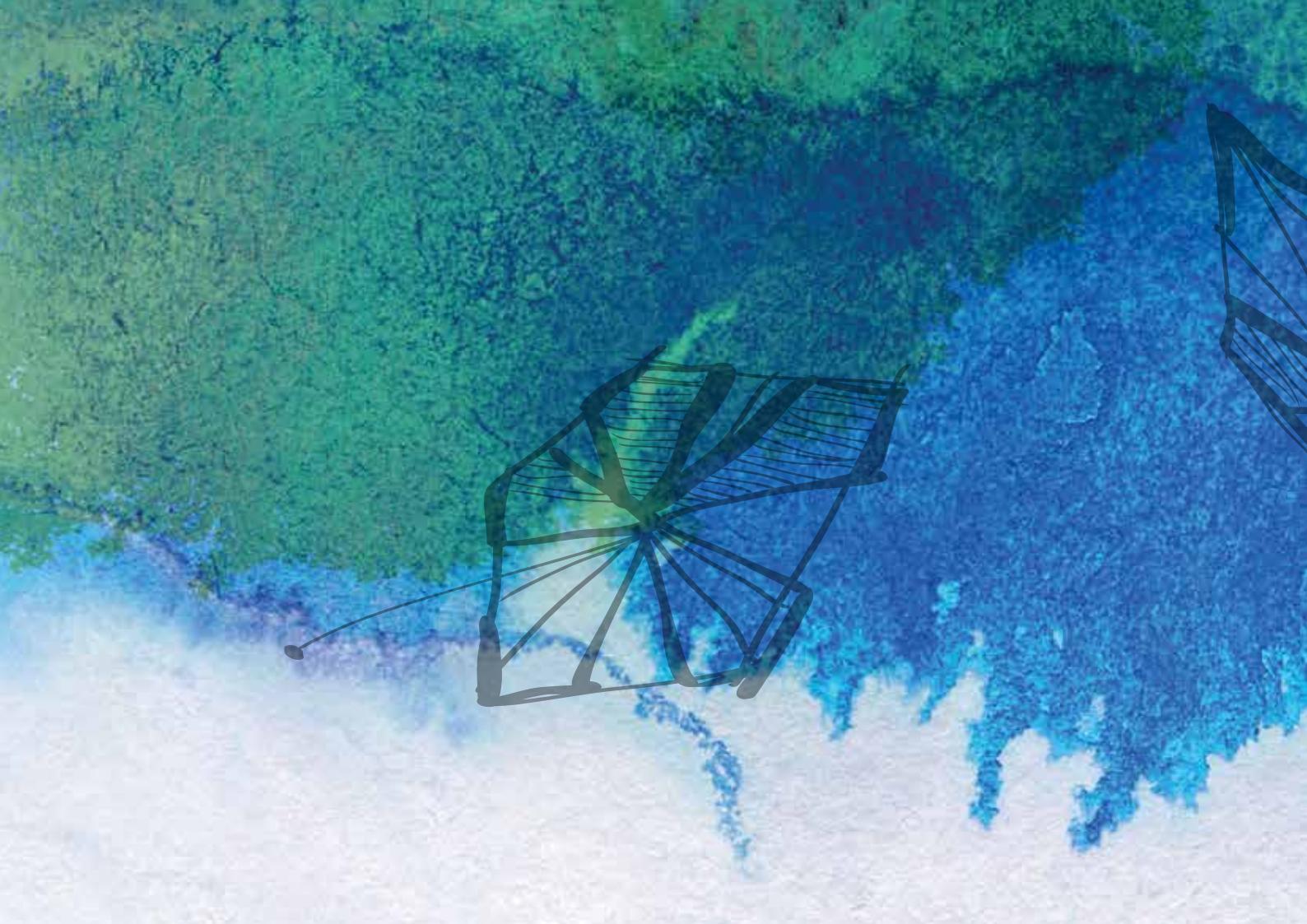
Secretaria do Trabalho e Emprego do Governo do Estado de São Paulo

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Controladoria-Geral da União (CGU)

Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Cebræ)





DESTAQUES MERCADOLÓGICOS

Volume total de crédito do sistema financeiro em 2014 foi equivalente a 58,9% do PIB nacional, um aumento de 11,3% em relação ao ano anterior



CENÁRIO ECONÔMICO

Em 2014, por margem mínima, a economia nacional conseguiu manter um ritmo de crescimento positivo – expansão de 0,1% –, o que evitou que o País cruzasse a fronteira da recessão.

A forte desaceleração, ante os 2,3% de crescimento registrado no ano anterior, foi decorrente de fatores como a queda no volume de investimentos, que ficou em 4,4% negativos, o que significa retração de dez pontos percentuais em relação a 2013. A indústria, que recuou 1,2% no ano – no período anterior havia registrado alta de 1,1% –, também impactou o resultado econômico.

Mesmo em um cenário mais restrito, o consumo das famílias em 2014 teve pequena expansão de 0,9% e o setor de serviços cresceu 0,7% no período. Foi a menor expansão desses indicadores em mais de uma década.

Também a economia mundial manteve esse processo de crescimento gradual, porém desigual, ainda como reflexo dos efeitos da crise financeira iniciada em 2008. Os Estados Unidos destacam-se pela manutenção consistente da sua economia, que em 2014 expandiu 2,4%, ligeiramente mais do que em 2013, quando o crescimento foi de 2,2%.

O PIB chinês, por sua vez, registrou alta de 7,4% no ano. O resultado, que mantém a tendência de desaceleração da economia chinesa dos últimos anos, ficou abaixo da previsão do governo, de 7,5%, e foi o pior desde 1990, quando a alta foi de 3,8%.

O volume de investimentos em infraestrutura nacional ficou em R\$ 460 bilhões, com foco em infraestrutura econômica (energia, transportes e telecomunicações) e desenvolvimento urbano (habitação, mobilidade urbana e saneamento). O montante representa 9,1% do PIB do Brasil e responde por 52,5% da formação bruta de capital do País.

A inflação fechou o ano em 6,41%, abaixo do teto da meta de 6,5% estabelecida pelo governo. Em 2013, o Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) ficou em 5,91%. A alta de 2014 foi a maior desde 2011 e teve como principais fatores o aumento no custo de serviços e alimentos.

Como instrumento para conter a inflação, o Banco Central elevou a taxa básica de juros (Selic) para 11,75% ao ano, a maior em três anos. Em 2013 a Selic ficou em 10% ao ano, e em 2012, foi de 7,25% ao ano.



19,6%

FOI O CRESCIMENTO
DO CRÉDITO
DIRECIONADO EM
2014

O índice de inadimplência geral do Sistema Financeiro Nacional manteve o ritmo de queda e ficou em 2,70% ante os 2,80% verificados em 2013. A redução se deve ao fortalecimento nos processos de análise de crédito por parte dos bancos, configurando carteiras de crédito com mais qualidade e seguras.

Já a balança comercial fechou 2014 com déficit de US\$ 3,93 bilhões, com US\$ 225,1 bilhões em exportações e US\$ 229 bilhões em importações. O resultado é o primeiro negativo desde 2000, quando as importações superaram as exportações em US\$ 731,7 milhões. Em 2013, o resultado foi um superávit de US\$ 2,59 bilhões.

Entre os fatores que influenciaram no desempenho da balança comercial estão a forte queda no preço das *commodities*, especialmente do minério de ferro, e a retração da economia em alguns países de grande peso para os produtos brasileiros, como a Argentina.

AMBIENTE DE CRÉDITO

O volume total de crédito do sistema financeiro atingiu R\$ 3,02 trilhões em 2014, equivalente a 58,9% do Produto Interno Bruto (PIB) do País. O valor representa alta de 11,3% em relação ao ano anterior. Mesmo com o crescimento, a taxa de expansão teve o menor ritmo desde 2007. Em 2013, foi de 14,7%.

Do total disponibilizado em 2014, o valor de R\$ 1,61 trilhão é da carteira de crédito de pessoas jurídicas (empresas), enquanto o volume das operações com pessoas físicas somou R\$ 1,41 trilhão.

Em 2014, houve aumento de 19,6% no crédito direcionado, que totalizou R\$ 1,44 trilhão, com destaque para os financiamentos imobiliários e rurais. O crédito para pessoas físicas cresceu 24,1%, somando R\$ 628 bilhões, favorecido pela evolução dos financiamentos imobiliários e pelo crédito rural. O crédito para empresas foi de R\$ 815 bilhões, alta de 16,3%.

Destacaram-se novamente no ano os financiamentos imobiliários, que somaram R\$ 502 bilhões, representando 9,8% do PIB, ante 8,2% em 2013. O crédito para o setor público somou R\$ 196 bilhões, após expansão de 30,5% no ano, destacando-se os financiamentos destinados a investimentos de estados e municípios.

Consideradas apenas as operações com recursos livres, o volume do ano com pessoas físicas ficou em R\$ 768 bilhões, enquanto as operações com pessoas jurídicas somaram R\$ 793 bilhões. O total de R\$ 1,58 trilhão representou alta de 4,7% no acumulado de 2014, ante o ano anterior.



CARTÕES DE CRÉDITO

Em 2014, o montante de transações realizadas com cartões de crédito somou R\$ 963 bilhões. O valor representa elevação de 15,1% na comparação com o valor de 2013, que foi de R\$ 853 bilhões.

O número de transações no ano chegou a 10,2 bilhões, crescimento de 11,6% em relação ao período anterior. Foram R\$ 610,2 bilhões em operações de crédito e R\$ 353,3 bilhões em transações de débito, sendo que a alta em comparação com 2013 foi de 13,6% para os valores de crédito e de 17,8% para os de débito.

FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS

Em 2014, o financiamento de veículos totalizou R\$ 212,7 bilhões, valor 7% abaixo do registrado no ano anterior. A queda reflete do cenário econômico e da menor oferta de crédito no mercado para aquisição de veículos. Entre as modalidades de crédito, as das carteiras de Crédito Direto ao Consumidor (CDC) tiveram retração de 4,7%, com um saldo de R\$ 204,4 bilhões no fim de 2014. O *leasing* manteve o movimento de queda verificado nos últimos anos e somou R\$ 8,3 bilhões, 40,8% abaixo do período anterior.

De acordo com a Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras (ANEF), entre os automóveis e comerciais leves licenciados em 2014, foram financiados 53%, adquiridos 7% via consórcio e 2% por arrendamento em *leasing*, e 38% foram comprados à vista.

INADIMPLÊNCIA

A inadimplência das operações de crédito do sistema financeiro, considerando os atrasos superiores a 90 dias, ficou em 2,7%, ante os 2,8% registrados em 2013. O índice de 2014 é o menor da série histórica, que foi iniciada em março de 2011.

No crédito às famílias e às empresas, o indicador alcançou 3,7% e 1,9%, respectivamente. Nos segmentos livre e direcionado, a inadimplência situou-se em 4,3% e 1,0%, respectivamente.

JUROS E SPREADS

No ano, a taxa média de juros das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional, considerando as contratações de recursos livres e direcionados, ficou em 23,7% ao ano, ante 22,4% ao ano em 2013. Reflexo da alta da taxa Selic, o resultado refletiu no custo médio do crédito livre, que chegou a 37,3% ao ano, com variação de 3,9 pontos percentuais. Já no crédito direcionado, a taxa média alcançou 7,8%, aumento de 0,3 ponto percentual em 12 meses.

Para pessoas físicas, a taxa média ficou em 30,7% ao ano e para os empréstimos às empresas, a taxa média de juros situou-se em 16,5% ao ano, aumento de 0,8 ponto percentual em relação ao exercício anterior.

O spread bancário referente às operações com recursos livres e direcionados aumentou 1,1 ponto percentual em 12 meses, alcançando 14,9%, em dezembro. Os indicadores relativos aos segmentos de pessoas físicas e jurídicas ficaram em 21,5% e 8%, respectivamente.

PORTABILIDADE ELETRÔNICA DE CRÉDITO

A portabilidade de crédito não é uma novidade no sistema financeiro no Brasil. A mudança ocorrida a partir de maio de 2014 foi a utilização do meio eletrônico para esse fim, sem que sejam necessárias a negociação e a transferência de documentos no ambiente físico. A plataforma tecnológica para operar a portabilidade eletronicamente é produto da parceria entre a FEBRABAN e a Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP).

Desde maio de 2014 até janeiro de 2015 foram feitos mais de 800 mil pedidos de portabilidade das dívidas de financiamento de veículos, empréstimo consignado e créditos pessoal e imobiliário. Com o sistema eletrônico, cada contrato recebe um número de

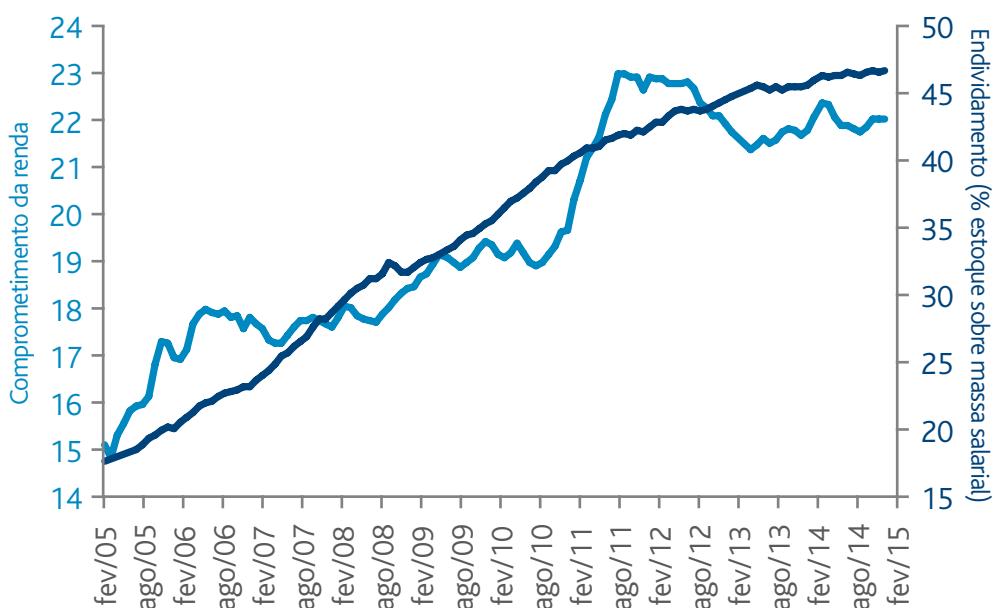
cadastro, no qual estão reunidas as informações sobre saldo devedor, taxas e tarifas, bem como as garantias.

Esse processo permite ainda que o banco originário tenha dois dias úteis para fazer uma contraproposta, retendo o cliente que, mesmo tendo solicitado o cadastro para a portabilidade, pode aceitar o acordo e não concretizar a mudança de instituição credora.

ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS

As taxas de inadimplência das operações de pessoa física recuaram em todas as faixas de renda em 2014, bem como o nível de comprometimento da renda dos devedores com o serviço da dívida. O nível de endividamento geral da economia, medido pelo Banco Central e que relaciona o estoque de crédito com a massa salarial, atingiu 46%, com aumento de 1 p.p. no ano. Já o nível de comprometimento da renda mensal da população com o pagamento do serviço da dívida ficou estável no ano, em 21,7%, mas recuou ante o pico de 22,3% em junho de 2014 em todas as faixas de renda.

Evolução do endividamento (%)



Fonte: FEBRABAN.

CADASTRO POSITIVO GRI EC9

O Cadastro Positivo é uma ferramenta criada pela Lei nº 12.414/11, que entrou em funcionamento em agosto de 2013. Também chamado Novo Cadastro, reúne o histórico de créditos dos clientes bancários e tem como objetivo configurar um diferencial nas negociações de contratação de crédito.

Desde antes de sua implantação, a FEBRABAN tem atuado na consolidação de tecnologias e alinhamentos entre os bancos e as instituições parceiras, especialmente com a Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP) na construção de plataforma unificada, que centraliza todas as informações do Cadastro Positivo. No total, foram dedicados cerca de 10 mil horas/homem de trabalho de tecnologia e informação por parte dos bancos e 2,5 mil horas/homem por parte da CIP.

Por meio dessa plataforma integrada, a CIP consolida os dados do Sistema de Informação de Crédito (SCR) do Bacen, que reúne registros contábeis sobre as operações de crédito realizadas por instituições financeiras a pessoas físicas e jurídicas, e as informações dos dois gestores de dados de informações negativas (atrasos e inadimplência): a Serasa e o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC).

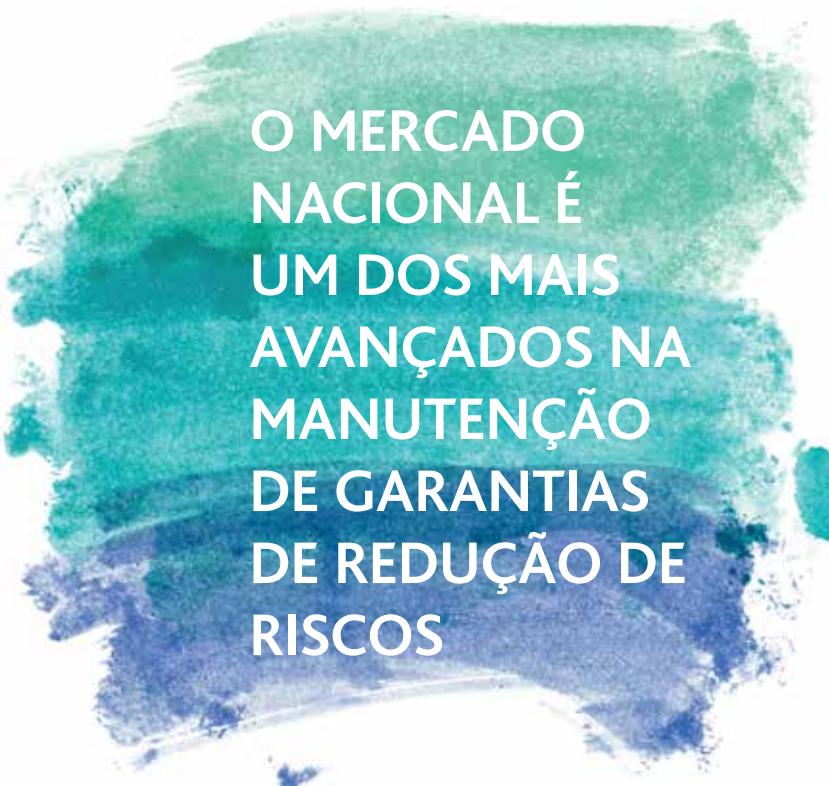
Para ser incluído no Cadastro Positivo, a solicitação deve ser feita diretamente pelo cliente bancário. Em 2013, o sistema integrava dados de 80 bancos. No fim de 2014, esse número subiu para 153.

A Federação também colaborou na elaboração de um padrão mínimo de segurança dessas informações com as demais instituições participantes e na consolidação de um modelo de governança para o sistema.

REDUÇÃO DE RISCOS SISTÊMICOS GRI 1.2

A cada ano o sistema financeiro brasileiro aperfeiçoa suas ferramentas e seus mecanismos legais para garantir que os riscos sistêmicos possam ser identificados e reduzidos.

Considerado um dos mercados mais avançados do mundo nesse aspecto, o Brasil se destaca pela consolidação de um modelo de governança entre o poder público e o privado no setor que promove processos e serviços integrados de alto desempenho, tanto na avaliação dos riscos do mercado quanto na proposição de soluções que reduzem a exposição e os custos operacionais dessas operações.



O MERCADO NACIONAL É UM DOS MAIS AVANÇADOS NA MANUTENÇÃO DE GARANTIAS DE REDUÇÃO DE RISCOS



No âmbito da FEBRABAN e de seus parceiros institucionais destacam-se a Central de Exposição a Derivados (CED), a Câmara de Cessão de Crédito – C3 e o Sistema de Controle de Garantias (SCG), que, integrados à Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP), garantem que os modelos de pagamentos, transferências e garantias componham uma gestão de riscos eficiente e dinâmica. Saiba mais sobre o funcionamento e os destaques de 2014 de cada uma dessas iniciativas nas páginas a seguir deste relatório.

CÂMARA DE CESSÃO DE CRÉDITO – C3

A Câmara de Cessão de Crédito – C3 é um sistema operado pela CIP e fiscalizado pelo Banco Central, no qual são registradas parcelas de operações de crédito para efeito de cessões interbancárias.

O sistema visa centralizar as informações de operações de cessões de crédito efetuadas no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, garantindo aos participantes a verificação de que créditos em processo de cessão não tenham sido cedidos à outra instituição, evitando a duplicidade. Atualmente, todas as cessões de crédito entre bancos ocorrem no C3.

Em 2014, o número de participantes da Câmara se manteve estável, com 76 instituições financeiras e 60 Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDCs), e teve a inclusão do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), o que possibilitará às instituições financeiras, especialmente pequenos bancos, captarem recursos sem vender a carteira. É feito o bloqueio do valor correspondente no Fundo e, em caso de não cumprimento por parte do banco, o FGC realiza o pagamento e assume a carteira. Dessa forma, a C3 reforça sua importância na redução de riscos sistêmicos ao setor financeiro.

Em relação aos volumes de cessão, não houve grandes alterações no período, o que, diante da conjuntura econômica, mostra a solidez da Câmara. Já o número dos contratos bloqueados para operações estruturadas aumentou significativamente, passando de 384.974, em 2013, para 653.953 em 2014.

VOLUME DE CONCESSÕES

Período	Número de cessões	Número de contratos
2013	581	8.093.697
2014	507	8.063.662

Outro destaque foi a parceria firmada com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) para validação dos contratos de crédito consignado dos beneficiários, que passaram a ser confrontados com a base de dados da Dataprev, garantindo que todos os documentos submetidos ao processo de validação e monitoramento na C3 estejam consistentes e sem restrição.

Foi ainda aprimorado o processo para confirmação de cessão com ocorrências de monitoramento. Se for constatado algum apontamento de monitoramento de garantia de contrato após o casamento da reserva, ela não será cancelada automaticamente. Os participantes podem decidir entre cancelar a reserva ou seguir com a cessão e efetuar os ajustes nesses contratos posteriormente

Idêntico processo de monitoramento foi montado também para validar as garantias dos contratos de financiamento de veículos e objetos de cessão com a Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (Cetip).

A portabilidade eletrônica também foi um dos temas de atuação da C3, responsável por receber informações sobre os contratos portados na Central de Transferência de Crédito (CTC) e monitorá-los, inabilitando-os para negociação na Câmara caso apresentem irregularidades.

Além dos contratos de crédito consignado e de financiamento de veículo, os de Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e Pessoal (CP) também passaram a ser registrados na Câmara para que haja cessão e bloqueio em operações estruturadas.

Outra novidade foi a reestruturação dos relatórios de mercado, que passaram a permitir o acesso direto aos dados sem a necessidade de abertura de chamado e de intervenção manual. Os relatórios são gerados nos seguintes escopos:

- ✓ Posição passiva e ativa
- ✓ Reservas pendentes
- ✓ Operações de liquidação antecipada e/ou recompras
- ✓ Operações de troca de gestor de contratos
- ✓ Lançamento diário
- ✓ Consolidação da base C3
- ✓ Vencimento diário
- ✓ Quitação da cessão

SISTEMA DE CONTROLE DE GARANTIAS (SCG)

O SCG tem como objetivo controlar a manutenção de domicílio bancário realizada pelos bancos para os respectivos clientes pessoas jurídicas, ou seja, os estabelecimentos comerciais. O sistema centraliza as informações de domicílio bancário dos lojistas a fim de informar para qual banco deve ser direcionado o fluxo financeiro proveniente de operações de cartões de crédito de titularidade de um determinado estabelecimento comercial. Dessa forma, permite o controle do direcionamento de fluxos de recebimentos futuros correspondentes às transações efetuadas com cartões de crédito no estabelecimento comercial e que foram dadas como garantias na obtenção de crédito, oferecendo aos bancos maior segurança em todo o processo.

Atualmente, o Brasil conta com oito operadoras de cartão credenciadas. Para poder realizar operações com todas elas, os bancos teriam de criar um sistema exclusivo para cada uma. Em meados de 2013, um projeto de integração entre operadoras de cartões de débito e crédito e os bancos começou a ser estruturado no sistema de autorregulação da FEBRABAN.

O Transporte de Dados de Agendas é um sistema no qual a CIP, no âmbito do SCG, integra as operadoras de sistemas de arranjos de pagamentos (credenciadoras) e os bancos em uma única interface. Em 2014, as etapas de elaboração do sistema, o fluxo e o cronograma do projeto foram concluídos e, posteriormente, apresentados ao Bacen.

Com esse projeto haverá padronização e racionalização de processos e interfaces entre sistemas, além da redução dos custos para todos os envolvidos, bancos e credenciadoras, gerando benefícios também para os clientes do sistema financeiro de modo geral, tanto os lojistas quanto os portadores de cartões de crédito.

CENTRAL DE EXPOSIÇÃO DE DERIVATIVOS (CED)

A CED é uma empresa sem fins lucrativos, criada para garantir ao mercado financeiro transparência quanto às posições de derivativos contratados no Brasil.

Sob coordenação da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), do Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (Cetip) e da FEBRABAN, em conjunto com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e com apoio do Bacen e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a CED foi constituída como uma plataforma que reúne os dados sobre operações de derivativos no Brasil.

Esses dados integram relatório consolidando as exposições a derivativos do cliente de uma instituição financeira. Com a autorização do cliente, a instituição financeira pode consultar a posição total detida por ele, tendo como data-base o fechamento do dia anterior.

A CED é a única empresa com esse escopo de que se tem conhecimento no mundo. Com quatro anos de funcionamento, tem ajudado a ampliar o conhecimento e a promover a cultura do mercado de derivativos, ainda sem grande tradição no Brasil. Sua atuação permite reduzir o risco sistêmico relacionado ou decorrente de operações de grande volume de derivativos.



Nesse período, foram concluídas três fases do projeto. A primeira, entre 2010 e 2011, foi o lançamento da CED. Nessa fase, era fornecido relatório de exposição a derivativos de um único cliente para a entidade solicitante e foram desenvolvidos diversos mecanismos para garantir o sigilo das informações. Na segunda etapa, em 2012, como reflexo das demandas percebidas na fase anterior, foi lançada a Consulta em Lote, que permite que toda a relação de clientes com autorização concedida a um determinado banco gere relatórios de exposição a derivativos com a periodicidade requerida pelo banco (diária, semanal, quinzenal, etc.), o que impulsionou muito o uso dos serviços. Já na terceira fase, em 2014, as consultas ao relatório de exposição a derivativos, que até então eram apenas de clientes pessoas jurídicas, foi estendido para as pessoas físicas.

A expansão do uso dos relatórios de exposição a derivativos gerados pela CED é acompanhada de duas maneiras: pelo crescimento do número de autorizações concedidas aos bancos participantes do sistema e pelo próprio uso da ferramenta, por meio do volume de relatórios de exposição a derivativos emitidos pelos bancos participantes. Até dezembro de

2014 foram cerca de 4 mil autorizações cadastradas nos sistemas da CED, 450 mil relatórios de exposição a derivativos consultados (entre consultas a um único cliente e consultas por lote) para 14 bancos participantes do sistema, que respondiam por mais de 90% da exposição total do mercado bancário brasileiro.

Para 2015 está prevista a realização de análises e estudos técnicos para a implantação da quarta fase do projeto, que definirá um detalhamento maior ao relatório de exposição a derivativos emitido pela CED. O escopo dessa fase de desenvolvimento visa atender às constantes necessidades das instituições financeiras de reforçar seus critérios de análise de crédito, reduzindo ainda mais a possibilidade do risco sistêmico.

MELHORIA NO AMBIENTE DE CRÉDITO

Em 2014, algumas iniciativas foram destaques na melhoria do ambiente de crédito. Entre elas, as realizadas com a Comissão Executiva de Financiamentos de Veículos da FEBRABAN terão impacto imediato e positivo no mercado financeiro, como o projeto piloto desenvolvido com o Conselho Nacional

de Justiça (CNJ), que tem por objetivo a recuperação mais eficaz de veículos por meio de mandado de busca e apreensão já previamente expedido e sem participação do oficial de justiça. Trata-se da Lei nº 13.043/14 (MP 651), que gera benefícios como o ganho de eficiência na retomada de veículos, a redução de despesas com esse processo, maior segurança jurídica às instituições financeiras e a perspectiva de melhoria das condições de oferta de crédito ao consumidor. Antes dessa lei, o processo de retomada de veículos tinha de ser feito por protesto ou notificação por cartório. Agora, com a carta registrada com aviso de recebimento, o qual não precisa ser assinado pelo próprio destinatário, está configurada a notificação para retomada do bem. Além disso, era necessário que houvesse nova ação para a execução e, com a lei, a busca e a apreensão ocorrem sem a necessidade de nova ação e os débitos pendentes do veículo (impostos, multas, etc.) devem ser pagos pelo comprador, deixando de ser transferidos para o banco quando da recuperação do bem.

Captação de recursos

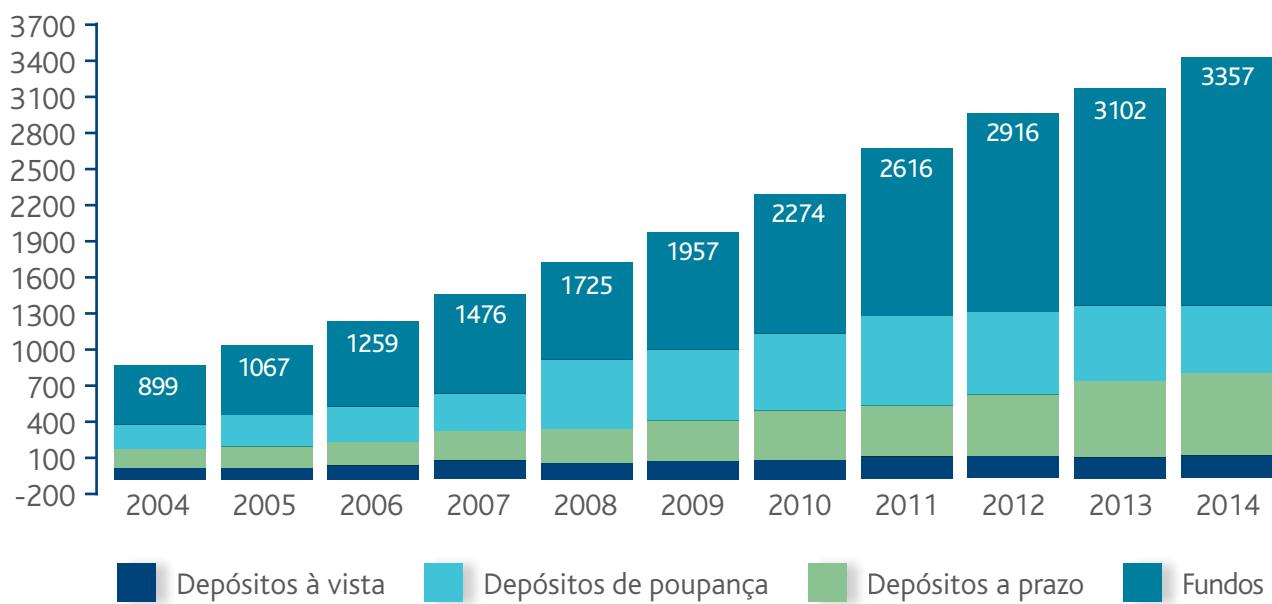
Em 2014, o total captado pelos bancos chegou a R\$ 3,36 trilhões, o que representa elevação na comparação com os R\$ 3,11 trilhões contabilizados no ano anterior. O aumento se deve principalmente ao crescimento das captações em fundos de investimentos e poupança, bem como a própria incorporação dos juros das aplicações no período.

Do total captado, R\$ 1,98 trilhão foi resultado de fundos, o que representa uma alta de 13,9% em relação ao R\$ 1,74 trilhão de 2013.

Os depósitos de poupança mantiveram sua boa *performance* e passaram de R\$ 600 bilhões para R\$ 663 bilhões. Já os depósitos à vista e os a prazo apresentaram queda no período. Os à vista caíram de R\$ 180 bilhões para R\$ 172 bilhões e os a prazo reduziram de R\$ 588 bilhões para R\$ 546 bilhões. Essa retração teve como causa a estratégia dos bancos em ampliar outras captações de prazo mais longo, como letras financeiras e letras de crédito.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

VOLUME DE CAPTAÇÕES (R\$ BILHÕES)	TOTAL	DEPÓSITOS À VISTA	DEPÓSITOS DE POUPANÇA	DEPÓSITOS A PRAZO	FUNDOS
2002	625	66	141	138	280
2003	763	67	144	144	408
2004	898	76	160	188	475
2005	1.067	87	169	252	559
2006	1.259	105	188	282	684
2007	1.476	149	235	298	794
2008	1.725	131	271	550	773
2009	1.958	144	320	563	930
2010	2.273	160	380	617	1.117
2011	2.616	154	421	715	1.326
2012	2.916	175	497	643	1.601
2013	3.102	180	600	588	1.735
2014	3.357	172	663	546	1.977



Fonte: Banco Central.

RESULTADOS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

No crédito, o repasse dos custos de captação para as taxas das operações e as menores despesas de provisões contra inadimplência em 2014, acompanhando o recuo da inadimplência durante o ano, contribuíram para a preservação das

margens líquidas de crédito dos bancos e para o aumento do resultado da intermediação financeira. O resultado da intermediação líquido atingiu R\$ 172,2 bilhões em 2014, aumento de 9,4% ante o ano de 2013.

RESULTADO DA INTERMEDIAÇÃO (VALOR LÍQUIDO)

ÚLTIMOS 12 MESES FINDOS EM (R\$ BILHÕES)	DEZ/13	DEZ/14	VAR. (%)
Resultado de intermediação líquido	157,3	172,2	9,4
Receitas de serviços	96,5	104,3	8,1
Despesas administrativas	(173,6)	(185,8)	7,0
Demais resultados operacionais	(1,8)	(14,7)	735,4
Resultado de participação societária	17,7	23,0	30,1
Lucro líquido	62,2	66,8	7,4
Patrimônio líquido	476,6	508,3	6,6

Fonte: Banco Central.

Em paralelo à estratégia adotada no crédito, os bancos brasileiros buscaram diversificar suas receitas de serviços, notadamente nos segmentos de cartões de crédito, no mercado de capitais e em seguros. Como efeito, as receitas de prestação de serviços cresceram 8,1% em 2014, atingindo R\$ 104,3 bilhões e contribuindo para a melhoria do resultado final dos bancos.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Controle de despesas e aumento da produtividade foram outros objetivos perseguidos pelos bancos em 2014. No ano, o valor com despesas administrativas e de pessoal somou R\$ 185,8 bilhões, o que representa crescimento de 7% em relação aos R\$ 173,6 bilhões de 2013, praticamente em linha com a inflação de 6,41% do IPCA.

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO GRI EC1

1. APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	DEZ/10	PART.%	DEZ/11	PART.%	DEZ/12	PART.%	DEZ/13	PART.%	DEZ/14	PART.%
1.1.1. Resultado bruto da interm. financeira	155.664	93,9	158.751	91,9	165.315	93,2	157.997	79,2	177.295	81,2
1.1.2. Receitas de Prestação de Serviços	77.866	47,0	77.866	45,1	99.109	55,9	111.601	56,0	122.729	56,2
1.1.3. Outras Receitas e Despesas	-54.360	-32,8	-50.600	-29,3	-70.491	-39,8	-54.914	-27,5	-65.307	-29,9
1.2. Valor Adicionado Bruto	179.171	108,1	186.018	107,7	193.934	109,4	214.685	107,7	234.717	107,5
1.2.1 Depreciação e Amortização	-15.005	-9,1	-15.104	-8,7	-18.665	-10,5	-17.956	-9,0	-20.068	-9,2
1.2.2. Resultado da partic. Contr./Coligadas	1.591	1,0	1.806	1,0	2.047	1,2	2.653	1,3	3.706	1,7
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO A DISTRIBUIR	165.757	100,0	172.720	100,0	177.315	100,0	199.382	100,0	218.355	100,0
2. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	DEZ/10	PART.%	DEZ/11	PART.%	DEZ/12	PART.%	DEZ/13	PART.%	DEZ/14	PART.%
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO A DISTRIBUIR	165.757	100,0	172.720	100,0	177.315	100,0	199.382	100,0	218.355	100,0
2.1. Pessoal	60.606	36,6	69.082	40,0	76.544	43,2	83.985	42,1	91.064	41,7
2.1.1. Proventos	42.545	25,7	48.494	28,1	53.733	30,3	58.957	29,6	63.926	29,3
2.1.2. Benefícios	10.705	6,5	12.202	7,1	13.520	7,6	14.834	7,4	16.085	7,4
2.1.3. FGTS	2.812	1,7	3.205	1,9	3.551	2,0	3.896	2,0	4.224	1,9
2.1.4. Outros	4.545	2,7	5.181	3,0	5.740	3,2	6.298	3,2	6.829	3,1
2.2. Impostos, Taxas e Contribuições	46.679	28,2	39.472	22,9	40.827	23,0	46.450	23,3	52.173	23,9
2.2.1. Federal	42.562	25,7	35.991	20,8	37.227	21,0	42.354	21,2	47.572	21,8
2.2.2. Estadual	102	0,1	86	0,0	89	0,1	102	0,1	114	0,1
2.2.3. Municipal	4.015	2,4	3.395	2,0	3.511	2,0	3.995	2,0	4.487	2,1
2.3. Remuneração de Capital de Terceiros	3.987	2,4	4.564	2,6	5.347	3,0	6.341	3,2	6.957	3,2
2.3.1. Aluguéis e Outros	3.987	2,4	4.564	2,6	5.347	3,0	6.341	3,2	6.957	3,2
2.4. Remuneração de Capital Próprio	54.485	32,9	59.602	34,5	54.597	30,8	62.605	31,4	68.161	31,2
2.4.1. Juros Sobre Capital e Dividendos	16.751	10,1	18.323	10,6	16.785	9,5	19.247	9,7	20.955	9,6
2.4.2. Participações dos Não Controladores nos Lucros Retidos	1.431	0,9	1.565	0,9	1.433	0,8	1.644	0,8	1.790	0,8
2.4.3. Lucros Retidos	35.672	21,5	39.022	22,6	35.746	20,2	40.988	20,6	44.626	20,4
2.4.4. Outros	632	0,4	691	0,4	633	0,4	726	0,4	791	0,4
AMOSTRAGEM:	151		154		157		156		150	
		Bancos								

Fonte: FEBRABAN.

ÍNDICE DE BASILEIA

Em dezembro de 2014, o Índice de Basileia médio dos bancos brasileiros chegou a 16,7%, ante 16,6% registrado no ano anterior. Em relação a junho de 2014, quando ficou em 15,5%, apresentou alta de 1,2 ponto percentual.

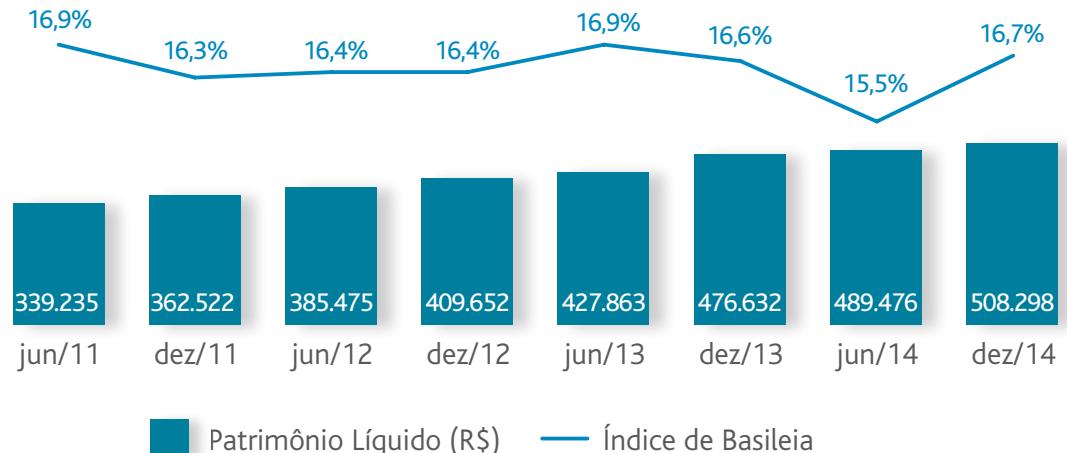
O índice busca apurar se a instituição financeira tem capital suficiente para fazer frente aos riscos incorridos nas suas operações e suportar eventuais perdas.

Segundo o relatório do Bacen, o Índice de Basileia em 2014 foi "influenciado por mudanças regulatórias que visaram adequar o arcabouço normativo à fase

atual do ciclo de crédito no Brasil". O País ficou acima do índice mínimo exigido, de 11%, e manteve sua posição de destaque no cenário internacional, que tem como recomendação média um índice de 8%.

O Banco Central destacou ainda que a solvência do sistema bancário permaneceu estável. Também nas simulações de situação de estresse, o Bacen informou que o sistema nacional se manteve robusto e eficiente, apresentando adequada capacidade de suportar efeitos de choques decorrentes de cenários adversos, e que o risco de liquidez permaneceu baixo.

Índice de Basileia



Fonte: Banco Central.

Agências, postos bancários e correspondentes

Em 2014, os bancos investiram na inauguração de agências e de postos de atendimento tradicionais e eletrônicos que, na comparação com 2013, apresentaram aumentos de, respectivamente, 0,9%, 2,2% e 4,3%. Os crescimentos mais expressivos aconteceram nas regiões Norte e Nordeste, qualificando o relacionamento entre as instituições bancárias e seus clientes.

No total, em 2014, estavam à disposição 23.126 agências, 14.698 postos tradicionais e 40.521 postos eletrônicos. Já o número de correspondentes não bancários, que registrava expansão nos últimos anos, principalmente na comparação entre 2012 e 2011, apresentou decréscimo em 2014 em relação ao número registrado em 2013.

PERÍODO	2011	2012	2013	2014	VARIAÇÃO 2013/2014 (%)
Número de agências	21.278	22.218	22.918	23.126	0,9
Postos tradicionais ¹	12.957	14.322	14.385	14.698	2,2
Postos eletrônicos ²	37.316	37.665	38.859	40.521	4,3
Correspondentes não bancários ³	160.943	354.927	375.315	346.502	-7,7
Total de dependências	232.494	429.132	451.477	424.847	-5,9

Fonte: Banco Central.

1. Inclui Postos de Atendimento Bancário (PAB), Postos de Arrecadação e Pagamentos (PAP), Postos Avançados de Atendimento (PAA), Postos de Atendimento Cooperativo (PAC), Postos de Atendimento ao Microcrédito e Postos Avançados de Crédito Rural (PACRE).

2. Dados de 2011, 2012 e 2013 foram revisados em 2014 pelo Banco Central.

3. Correspondentes não bancários: último dado de 2011 disponibilizado pelo BC é de maio.

TECNOLOGIA

Há 23 anos, a Federação publica a Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária. O estudo, lançado anualmente durante o Congresso e Exposição de Tecnologia da Informação das Instituições Financeiras (CIAB), que neste ano aconteceu em março,

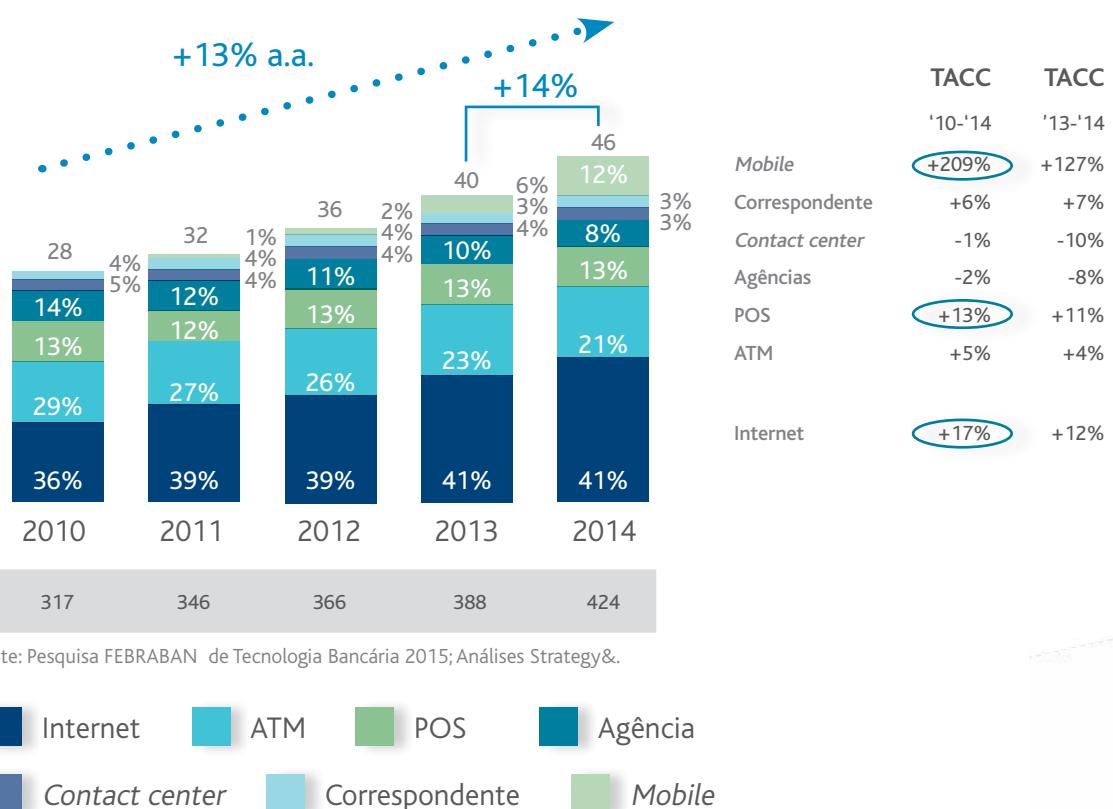
envolveu em sua edição 95% do setor bancário em relação ao número total de agências, representando também mais de 90% do total de ativos do setor – totalizando 20 instituições financeiras, a maior representatividade da história da pesquisa.

O levantamento foi complementado com dados de outras associações e órgãos governamentais, inclusive internacionais, para incorporar questões importantes de forma que amplie e aprofunde a análise dos dados.

Entre os principais resultados da pesquisa está o crescimento contínuo no uso de *mobile banking* em 2014, que é

o quarto canal atualmente em volume de transações, com 12% do total. A internet é o mais acessado, com 41% do total das transações, seguido das ATMs, com 21%, e das agências, com 13%. Juntos, os canais eletrônicos via internet e *mobile banking* somaram 52%, confirmando a tendência das operações no ambiente virtual.

Transações bancárias por origem
(em bilhões de transações)

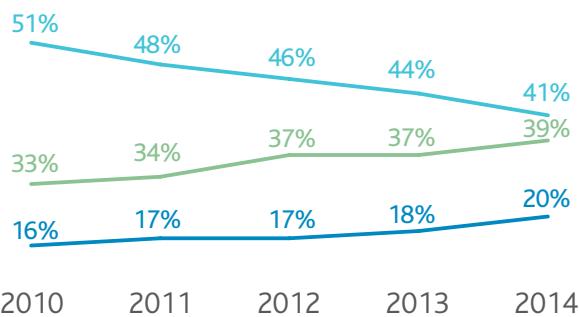


Outro dado mostra que, apesar de as agências ainda concentrarem o maior volume de operações com movimentação financeira, os canais on-line (*internet banking* e *mobile*) estão ampliando sua atuação para essas operações e já chegam a 51%. Consideradas as operações sem movimentação financeira, a porcentagem chega a 74%.

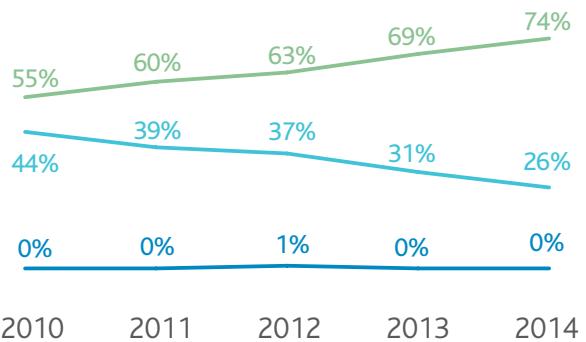
Com a penetração cada vez maior dos telefones celulares multifuncionais em todas as classes sociais, o uso das funções *mobile* para transações tende a ganhar cada vez mais espaço e relevância nas operações financeiras.

Comportamento dos usuários
(% da soma do volume de transações por grupo de canais)

COM MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA



SEM MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA



— Outros Canais (Agências, ATMs e *Contact center*) — POS + Correspondentes
— *Internet banking* e *Mobile banking*

Fonte: Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária 2015; Análises Strategy&

TRANSAÇÕES COM MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA VIA INTERNET E MOBILE BANKING

INTERNET BANKING (PF + PJ)	CRESCIMENTO 2013/2014 (%)	MOBILE BANKING (PF + PJ)	CRESCIMENTO 2013/2014 (%)
Transferência/DOC/TED	8	Transferência/DOC/TED	180
Pagamento de contas	11	Pagamento de contas	180
Contratação de crédito	20	Contratação de crédito	190

- Pesquisa de saldo via *internet banking* atingiu quase cinco bilhões de transações em 2014.
- Foram realizadas mais de 1,5 bilhão de transações de transferências, TEDs, DOCs e pagamento de contas no canal.
- Contratação de crédito, ainda que com grande potencial de crescimento, registrou mais de 40 milhões de transações via *internet banking*.

- Foram realizadas mais de 1,5 bilhão de pesquisas de saldo via *mobile banking* em 2014.
- Transferências, TEDs, DOCs e pagamentos de contas atingiram a marca de mais de 260 milhões de transações no canal.
- Contratação de crédito apresentou crescimento de mais de 180%, passando os 10 milhões de transações no *mobile banking*.

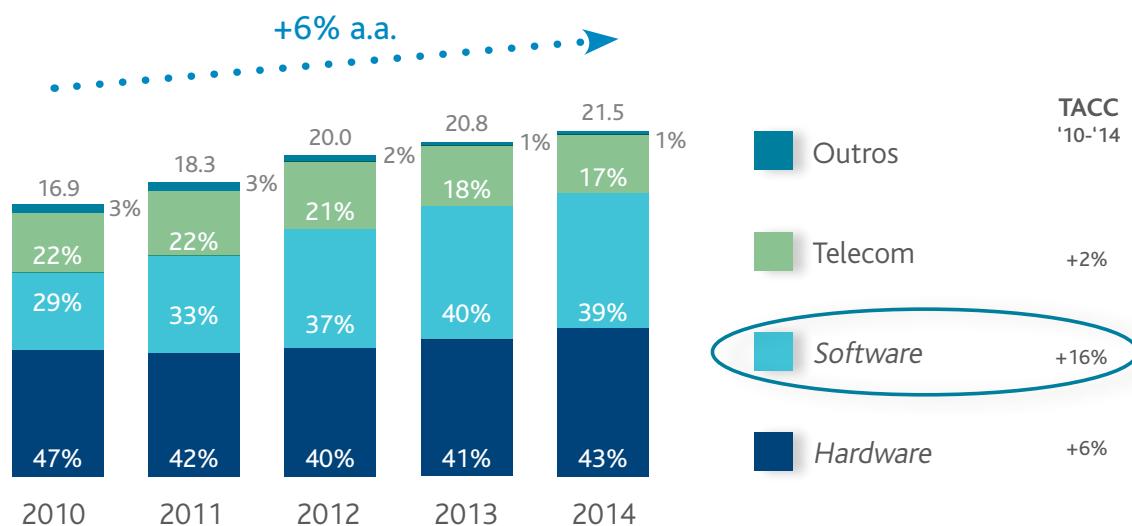
Fonte: Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária 2015, Análises Strategy&.

Em relação às ATMs, um dado mostra a preocupação com a diversidade e acessibilidade. O nível de ATMs adaptados para Pessoas com Deficiências (PCD) aumentou para 94% do total do parque instalado. Além desse aumento no número absoluto, atualmente 100% dos postos de atendimento oferecem pelo menos um ATM adaptado para pessoas com deficiência.

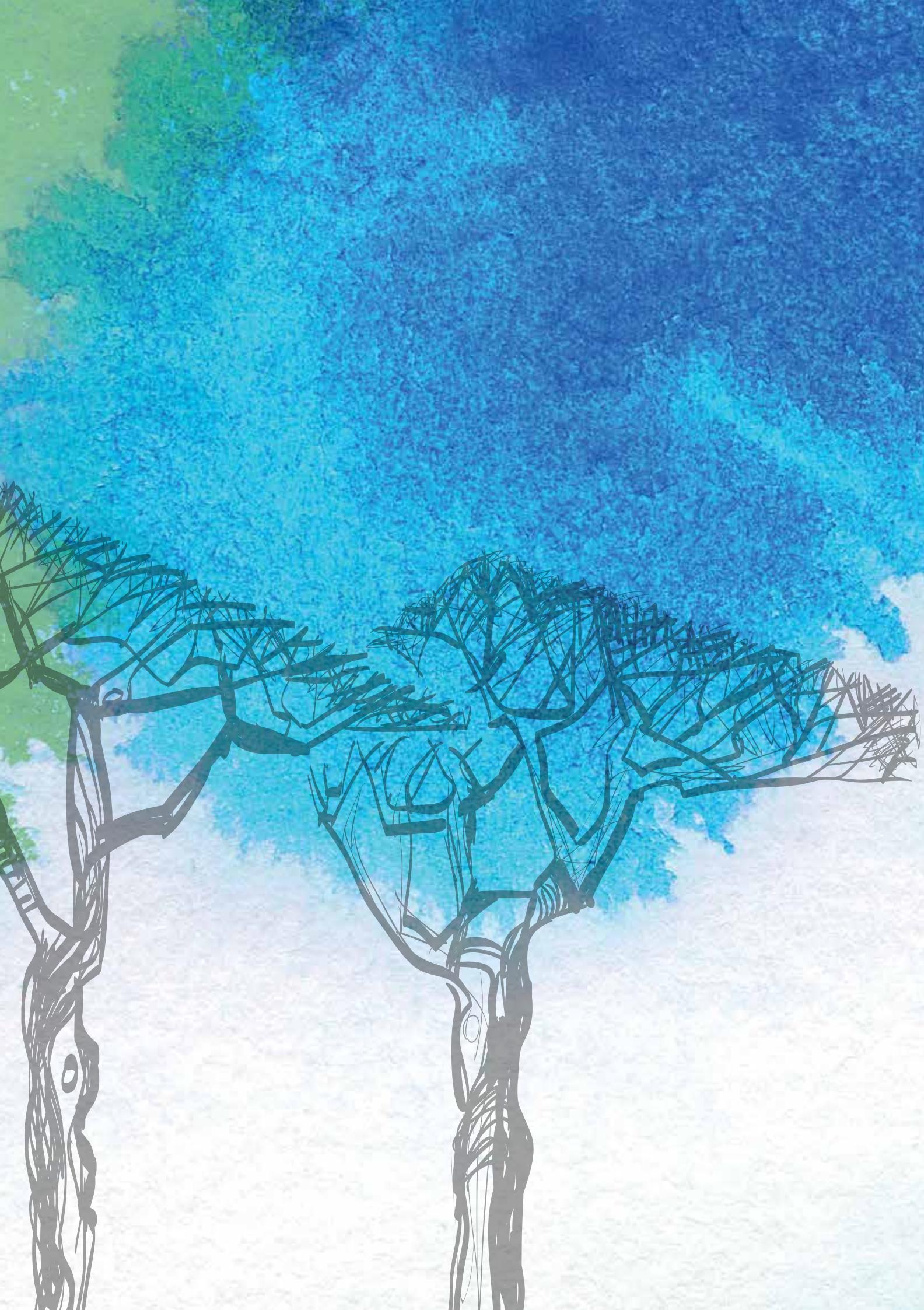
Também o uso da biometria como ferramenta de segurança nos acessos aos equipamentos ganhou maior adesão dos

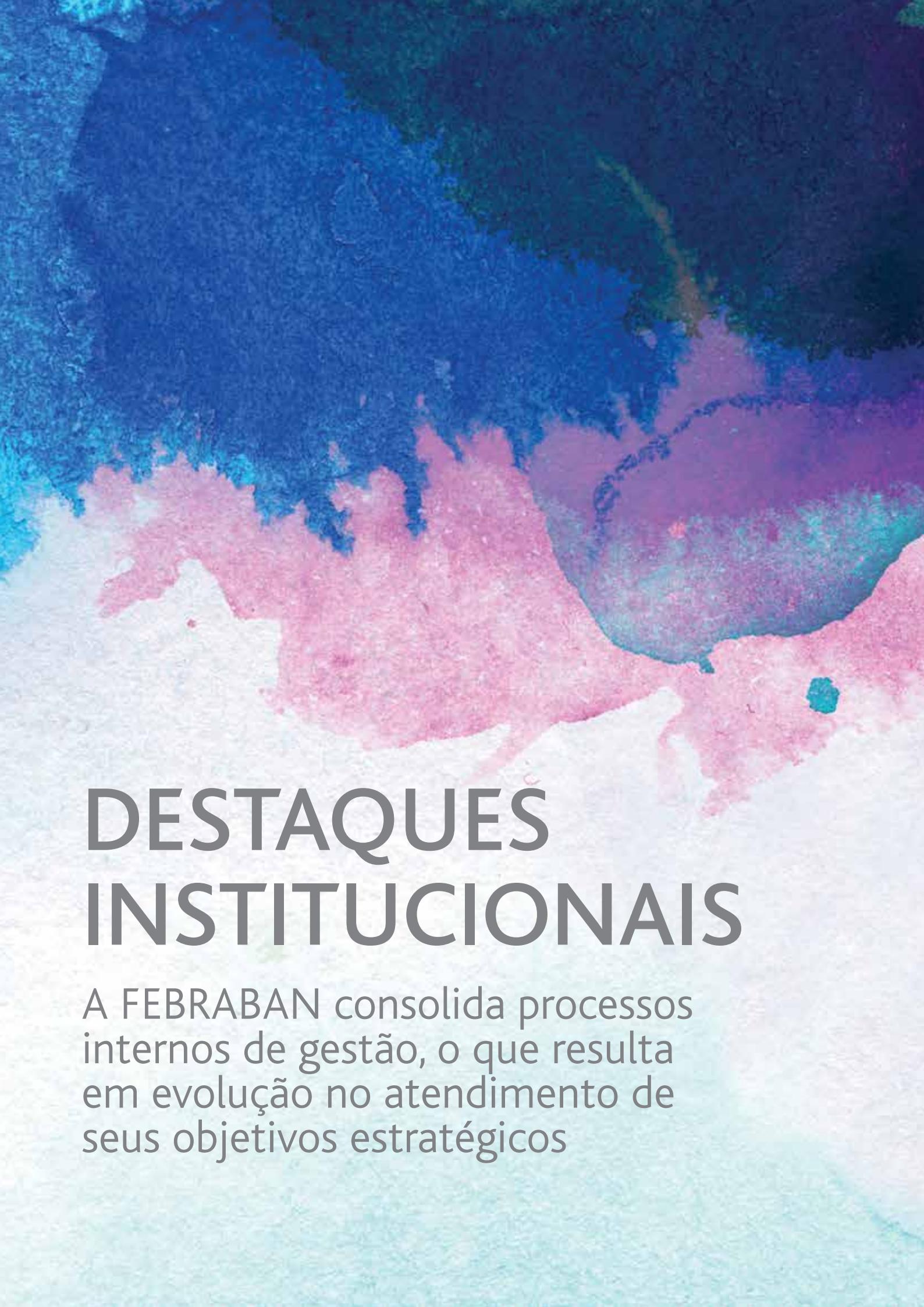
bancos. Em 2014, atingiu-se uma marca significativa de ATMs equipados com biometria, passando de 47% (2013) para 60% (2014) – crescimento de mais de 20% da oferta desse serviço. Com essas e outras melhorias em sistemas e processos, os investimentos em tecnologia continuam expressivos e crescentes, com alta anual em torno de 11%. Em 2014, os bancos investiram R\$ 21,5 bilhões em tecnologia, ante R\$ 20,8 bilhões em 2013. Desse valor, os custos com *software* são responsáveis por 42% do total de despesas e investimentos.

Despesas e Investimentos em Tecnologia por Bancos no Brasil (em R\$ bilhões)



Nota: "Outros" incluem despesas e investimentos, incluindo novas tecnologias que não são classificadas hardware, software ou telecom pelos bancos;
Fonte: Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária 2015, Análise Strategy&.





DESTAQUES INSTITUCIONAIS

A FEBRABAN consolida processos internos de gestão, o que resulta em evolução no atendimento de seus objetivos estratégicos

Destaques Institucionais

O ano de 2014 foi marcado pela consolidação dos processos internos de gestão da FEBRABAN, que contribuíram para que a entidade continuasse a avançar no atendimento de seus objetivos estratégicos, com importantes resultados para os interesses e as demandas do setor. Entre as diversas frentes de atividades da Federação, os principais destaques do período estão descritos a seguir.

PLANOS ECONÔMICOS

Uma das agendas acompanhadas permanentemente pela FEBRABAN diz respeito às decisões sobre os planos econômicos das décadas de 1980 e 1990, que são objeto de processos já julgados em várias instâncias judiciais e aguardam decisão no Supremo Tribunal Federal (STF).

O assunto é tratado por um grupo de trabalho composto pelos diretores jurídicos das seis instituições financeiras mais afetadas pelo assunto.

São cerca de 1 milhão de processos movidos contra os bancos, nos quais se pleiteia o pagamento de supostas diferenças por perdas inflacionárias no rendimento de poupança devido aos planos econômicos Cruzado (1986), Bresser (1987), Verão (1989), Collor I (1990) e Collor 2 (1991). A posição da FEBRABAN e do setor é que não houve perdas com a correção dos índices de poupança aplicados nessas ocasiões ou ganhos por parte das instituições financeiras, já que foram

aplicadas as mesmas regras de correção nas cadernetas de poupança e nas operações de financiamento imobiliário.

Em julho, a Procuradoria-Geral da República (PGR) recalcoulou para R\$ 21,87 bilhões o resultado auferido pelos bancos com a suposta aplicação dos recursos da faixa livre dos depósitos da caderneta de poupança durante o período de julho de 1987 a setembro de 2008. O valor do parecer anterior era de R\$ 441 bilhões.

Em 2014, o STF avaliou duas teses, que são correlatas e dizem respeito ou afetam as ações dos planos econômicos. A primeira tese definiu as seguintes questões: (i) não basta permissão estatutária genérica para a associação promover a defesa de direitos de seus filiados em juízo, sendo indispensável que a autorização seja dada por ato individual ou em assembleia geral; e (ii) na execução de sentença favorável não se pode incluir pessoas que não foram inicialmente apontadas como beneficiárias na inicial da ação de conhecimento e que não autorizaram a associação a representá-las judicialmente.

O STF ainda admitiu a ação que tem como objeto a constitucionalidade do Artigo 38 da Lei do Plano Real e ratificou a liminar para suspender os processos que tratam do tema (ADPF/77).

Já no Superior Tribunal de Justiça (STJ), foi fixado em cinco anos o prazo



prescricional para ajuizamento da Ação Civil Pública, contados a partir da edição de cada Plano. Com essa decisão, reduz-se substancialmente o número de ações civis públicas relativas aos planos econômicos.

A FEBRABAN vem atuando em 11 teses correlatas ao mérito dos planos no STJ e no STF.

BASILEIA III GRI 1.2

Os Acordos de Basileia, ou Basileia III, são um mecanismo internacional de regulação e fortalecimento do sistema financeiro mundial. Criado pelo Fórum de Estabilidade Financeira (Financial Stability Board – FSB) e o G20, grupo que reúne as 20 maiores economias do mundo, funciona como uma estrutura de controle e acompanhamento do sistema financeiro global após a crise financeira de 2008 e 2009.

O objetivo de Basileia III é garantir que os bancos e as demais instituições do sistema financeiro avancem na consolidação de modelos capazes de absorver choques que coloquem as economias em risco. Entre os pontos acordados estão a avaliação de riscos operacionais e de crédito e o fortalecimento das regulamentações mundiais sobre capital e liquidez, garantindo um setor bancário mais resiliente.

Cada país deve adotar suas medidas de aplicação. No Brasil, a regulação do Banco Central para a Basileia III foi publicada em

1º de outubro de 2013 e acompanha o cronograma internacional de conclusão previsto para até 1º de janeiro de 2022.

O sistema financeiro brasileiro é considerado um dos mais sólidos e estáveis do mundo. Na aplicação das 15 exigências do arcabouço regulatório de capital do acordo, o País já atende completamente 11, e uma delas não se aplica à realidade nacional. Essa atuação garantiu ao Brasil a nota máxima do Banco de Compensações Internacionais (BIS, na sigla em inglês) para a aderência das regras brasileiras de capital às determinações internacionais de Basileia III.

A FEBRABAN acompanha o desempenho dos bancos associados na introdução das normas e atua no desenvolvimento de ferramentas e padrões que permitam otimizar recursos financeiros, operacionais e humanos do sistema bancário nacional.

Em 2014, o Banco Central do Brasil endereçou os requisitos de liquidez, de alavancagem e alguns aspectos do tratamento das instituições sistemicamente importantes. As regras finais dos indicadores de Liquidez de Curto Prazo (LCR) e de razão de alavancagem já foram publicadas durante o primeiro trimestre de 2015 e passarão a vigorar para os bancos brasileiros em outubro do referido ano.

O novo indicador de liquidez (LCR) busca garantir que os bancos possuam, no

mínimo, ativos líquidos de alta qualidade em montante superior às saídas de caixa estimadas em um horizonte de 30 dias em cenário de estresse. Esse requisito deverá ser mandatório inicialmente apenas para os bancos que possuam ativos totais superiores a R\$ 100 bilhões.

Já o indicador de alavancagem será mandatório para todas as instituições e busca assegurar que os bancos possuam nível de capital de maior qualidade (Nível 1), no mínimo superior a 3% da sua exposição total, medida pelo montante total de ativos nominais e mais parte das exposições dos ativos fora do balanço.

Ainda em 2014, as instituições financeiras passaram a utilizar o Balancete Patrimonial Analítico – Conglomerado Prudencial como base de apuração do Patrimônio de Referência (PR), passando a refletir de forma mais completa as posições econômica, financeira e patrimonial dos grupos financeiros e os riscos decorrentes.

Os bancos brasileiros terão condições de se enquadrar aos requisitos, no tempo e na forma, sem ajustes bruscos e maiores impactos para a economia. Isso porque possuem elevada quantidade de títulos públicos federais em seus ativos e as maiores reservas de depósitos compulsórios do mundo, o que garante alto índice de liquidez. Em termos de alavancagem, eles também mantêm situação sólida, tendo elevado nível de capitalização e menor índice de endividamento, com relação crédito/PIB de 58,9% (dezembro de 2014) na comparação com as economias mais desenvolvidas que estavam no centro da crise financeira internacional.

FATCA

Em 2010, os Estados Unidos da América (EUA) editaram o Foreign Account Tax Compliance Act (FATCA), lei para identificar os contribuintes norte-americanos (*U.S. person*) com operações financeiras fora daquele país. As instituições financeiras que funcionam no Brasil e que adotaram procedimentos de aplicação do FATCA tiveram de adotar mudanças nas suas atividades, entre elas as relativas às áreas de Compliance, treinamento, produtos, tecnologia e cadastros. As primeiras mudanças práticas foram feitas nas fichas de abertura de contas pessoa física, visando identificar *U.S. persons* em contas abertas a partir de 1º de julho de 2014. Os mesmos procedimentos, de identificação de *U.S. persons* com participação em PJs, passaram a ser obrigatórios a partir de 1º de janeiro de 2015.

A FEBRABAN, por meio de um grupo multidisciplinar composto por representantes das comissões Tributária, Jurídica, Compliance, Serviços Bancários e Operações Internacionais, atuou com os bancos, o Banco Central e órgãos governamentais do Brasil e dos EUA para melhor compreender a norma e tratar sobre a mais adequada forma de sua implementação, em observância à legislação brasileira. Desse grupo participam também representantes da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg), Associação Brasileira de Bancos Internacionais (ABBI) e Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (ABAC).

Em setembro de 2014, foi assinado o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para Melhoria da Observância Tributária Internacional e Implementação do FATCA, que dispõe sobre o tema e regulamenta conceitos, procedimentos a serem adotados pelas instituições financeiras brasileiras, a forma e os prazos para a troca de informações fiscais de *U.S. persons* e brasileiros com contas nos EUA entre a Receita Federal do Brasil e o órgão correlato nos EUA, o Internal Revenue Service (IRS). Esse acordo foi aprovado pelo Congresso Nacional em 25 de junho de 2015.

Várias frentes de trabalho foram desenvolvidas pela Federação, desde a análise dos aspectos jurídicos, operacionais e tecnológicos de implementação do FATCA até a realização de cursos específicos pelo Instituto FEBRABAN de Educação (INFI). Esse trabalho buscou otimizar o uso dos recursos humanos e financeiros dos bancos e das demais instituições financeiras abrangidas pelo FATCA.

AUTORREGULAÇÃO GRI EC9

Em 2014, o Sistema de Autorregulação Bancária (SARB) concretizou importantes iniciativas, como o lançamento do Normativo de Criação e Implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental – SARB nº 14/2014.

Outros três normativos, todos relacionados ao relacionamento com clientes e crédito responsável, foram criados no ano (veja mais no capítulo Responsabilidade Socioambiental, a partir da página 71).

Foram concluídas ainda as etapas do selo de adesão para identificar os bancos que participam do SARB. O manual de aplicação foi finalizado, e o modelo de concessão do selo, elaborado.

DDA

O Débito Direto Autorizado (DDA) foi um sistema criado no âmbito da FEBRABAN com os bancos associados para permitir aos clientes acessar de forma eletrônica suas contas a pagar, sem que precisem recebê-las fisicamente.

Com esse sistema, os clientes podem saldar os boletos automaticamente. Para isso, os boletos gerados devem ter a cobrança em registro, e o cliente precisa autorizar sua instituição financeira a usar o DDA dos boletos emitidos em seu nome.

Implantado em 2008, o DDA já está estabilizado. Em 2014, houve um acréscimo de 14% no número de pessoas que o utilizam e de 6% no número de boletos incluídos no sistema, que totalizou 264,4 milhões.

PERÍODO	BOLETOS INSERIDOS	SACADOS ATIVOS
2013	247.484.649	9.261.809
2014	264.424.146	10.616.224
Variação (%)	6,8	14,6

Fonte: FEBRABAN.

SEGURANÇA BANCÁRIA GRI 1.2

A segurança bancária é foco de atenção especial da FEBRABAN e da sociedade em geral. O Brasil possui cerca de 5,5 mil municípios, com especificidades e necessidades diferentes de integração de esforços entre as atividades bancárias e a segurança pública envolvida nessa questão. Ambas as partes têm buscado propor soluções que sejam relevantes e possam ser replicadas.

Anualmente, são investidos cerca de R\$ 9 bilhões em segurança bancária. Esse montante é referente a equipamentos, como câmeras e portas giratórias, e à contratação de pessoal de segurança, que soma em torno de 68 mil vigilantes bancários.

No ano, ocorreram 385 assaltos às agências bancárias. Foram 450 em 2013, o que representa queda de 14%. Diversos investimentos foram realizados, como melhoria dos circuitos de monitoramento, fechaduras eletrônicas, sensores remotos, centrais de monitoramento e comunicação mais eficientes, levando à redução significativa na quantidade de crimes nessa área.

Um projeto piloto de segurança bancária teve início em 2013 em Pernambuco e mostra de que maneira a integração entre os diferentes setores da sociedade é capaz de identificar soluções práticas e efetivas. Em novembro de 2014 foi criado um grupo de trabalho do qual participam a FEBRABAN, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT) e o Sindicato dos Bancários de Pernambuco, que é responsável pelo acompanhamento do projeto piloto.

Implantado nas cidades de Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes, o projeto garante a instalação de portas de segurança com detectores de metais, câmeras internas e externas, biombos

entre a bateria de caixas e as filas, guarda-volumes, vigilantes com coletes à prova de balas e armados de acordo com a Lei nº 7.102/83 e cofre com dispositivo de retardo. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, o projeto foi um sucesso e demonstrou que as medidas adotadas pelos bancos foram efetivas para a realidade do estado.

Outra iniciativa de destaque é a Conheça seu Comandante, realizada inicialmente em Recife e que está sendo replicada em outros estados e municípios. A proposta é promover a aproximação entre os gerentes das agências bancárias, os funcionários e o comandante da Polícia Militar da região. A cooperação vai muito além do policiamento regular das agências e se configura em um modelo de transferência de conhecimento, em que os policiais passam para os gestores e funcionários noções sobre movimentos de risco, maneiras de identificar atitudes suspeitas e a adoção, por parte dos clientes, de comportamentos seguros. Além de Recife, a iniciativa foi implantada nos Estados de São Paulo, da Bahia, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul e no Distrito Federal.

Ainda em 2014 a FEBRABAN atuou com maior proximidade com os comandos da Polícia Militar e da Polícia Civil dos estados, promovendo a troca de informações e experiência nas análises estatísticas de explosão de terminais de autoatendimento.

FRAUDES GRI 1.2

O combate a fraudes é uma pauta permanente da FEBRABAN e do setor financeiro nacional. O número de casos evoluiu em 2014, com quase 200 mil registros, que envolvem cerca de R\$ 90 milhões.

A Federação tem atuado como catalisadora do setor, integrando diversas frentes para identificar, implantar e acompanhar as soluções de mitigação da questão. Os

desafios são muitos e vão desde os aspectos tecnológicos, com programas e sistemas de segurança cada vez mais sofisticados, passando pela melhoria dos controles de combate a fraudes, até a promoção de uma cultura de ética e responsabilidade no ambiente interno das instituições.

Para fortalecer o produto boleto bancário, entregando soluções robustas e confiáveis aos seus clientes, a FEBRABAN iniciou diversas ações, como a Nova Plataforma de Cobrança.

A Nova Plataforma de Cobrança é uma das iniciativas desenvolvidas em parceria com o Poder Público e representantes do setor financeiro que reduzirá consideravelmente os riscos de fraudes por meio de boletos. Entre as novidades estão a obrigatoriedade de que todos os boletos de pagamento contenham o CPF ou CNPJ, o endereço e nome do beneficiário e que aqueles com valor igual ou maior que o Valor de Referência (VR) de R\$ 250 mil sejam liquidados por meio do Sistema de Transferência de Reservas do Bacen (STR), diretamente entre as instituições recebedora e beneficiária.

Como referência aos ataques sofridos no ano de 2014 sobre o produto cobrança, os seguintes números foram identificados como fraudes em boletos:

- ✓ Perdas registradas com fraudes em boletos: 174.419 casos, R\$ 10.739.800,00
- ✓ Valores perdidos referentes a boletos fraudados em canais eletrônicos: 11.771 casos, R\$ 32.605.004,00
- ✓ Valores estornados/recuperados

referentes a boletos fraudados em canais eletrônicos: 13.535 casos, R\$ 43.724.716,00

Sob essa ótica, a FEBRABAN recomenda aos bancos que adotem as seguintes medidas preventivas para a mitigação da questão:

1. Na abertura de conta-corrente PJ e na contratação da cobrança, adotar rigorosamente a Política de Conheça o Seu Cliente, conforme normas do Bacen, incluindo, se possível, visita ao endereço informado pelo cliente como sede da empresa.
2. Evitar a concessão de cobrança sem registro para contas novas, reativadas ou com alteração societária, pois essa situação foi identificada como sendo o principal foco de fraudes nessa modalidade. Caso não haja possibilidade de não concessão, deverá se estabelecer o prazo D+2 como o mínimo para repasse financeiro.
3. Avaliar com atenção especial a contratação do produto Cobrança em Contas-Correntes que são de titularidade de PF, pois essa situação também tem sido utilizada para gerar desvios de recursos.
4. Nos processos de emissão de 2^a via do boleto de pagamento, passar a utilizar a geração em PDF imagem, uma vez que essa opção mitiga a possibilidade de ações de adulteração.
5. Ampliar a utilização de sistemas auditores na monitoração e análise da carteira de cobrança (liquidação e volume financeiro), de modo que identifique eventuais desvios de comportamento que podem estar relacionados com ações de desvio de recursos.





6. Bancos que operam com a cobrança on-line deverão adotar critérios rígidos de contratação e em relação ao volume de boletos que pode ser gerado de início.
7. Permitir a previsão de saques para valores acima de R\$ 5 mil somente quando houver a disponibilidade de saldo disponível em conta-corrente.

É preciso também, além de soluções inovadoras e que possam ser adotadas pelo setor, manter um contínuo processo de comunicação com os clientes, para que evitem comportamentos de risco e ajudem na identificação de fraudes.

REGISTRATO

Em novembro de 2014, o Bacen publicou a Circular nº 3.728, instituindo oficialmente o Extrato do Registro de Informações no Banco Central do Brasil (Sistema Registrato), que permite ao

cidadão ter acesso, pela internet, às informações sobre suas operações de crédito e a outros relacionamentos com o sistema financeiro.

O Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR) é o banco de dados do Bacen que contém as informações de todos os empréstimos e financiamentos acima de R\$ 1.000,00 concedidos pelas instituições financeiras. O Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS) é o banco de dados do Bacen em que constam informações de relacionamento dos cidadãos com as instituições financeiras, representados por bens, direitos e valores, como depósitos à vista, em poupança ou a prazo, entre outros produtos.

Com o Registrato, as pessoas podem solicitar e receber esses dados eletronicamente. Para isso, foi preciso desenvolver uma plataforma capaz de integrar todos os sistemas de tecnologia dos bancos e criar mecanismos de segurança eficazes e que garantam a legitimidade da solicitação e do acesso.

A FEBRABAN colaborou em diversas frentes com os públicos envolvidos no projeto, com destaque para o intenso trabalho de tecnologia que envolveu toda a homologação, os testes e a entrada do sistema no ar.

PROAGRO

Criado pela Lei nº 5.969/1973 e regido pela Lei Agrícola nº 8.171/1991, o Programa

de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) visa atender aos pequenos e médios produtores. Funciona como uma garantia da exoneração de obrigações financeiras relativas a operação de crédito rural de custeio, nos casos em que a liquidação não seja possível devido a ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam rebanhos e plantações, na forma estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Em junho de 2013, o CMN, por meio da Resolução nº 4.235, determinou que o produtor que contratar crédito de custeio agrícola financiado com recursos controlados do crédito rural deverá, obrigatoriamente, procurar enquadramento no Proagro ou em outra modalidade de seguro rural.

A FEBRABAN atuou fortemente no desenvolvimento de um sistema, em parceria com o Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio (IBDAgro) que permitisse a todos os bancos operar o Proagro ou qualquer outra modalidade de seguro rural a partir de 1º de julho de 2014, data determinada pelo CMN.

Por meio do Sistema de Gerenciamento de Informações Proagro e Seguros (SGIPS), é permitido o acompanhamento, via geotecnologia, das operações de crédito

por safra. Com ele, os bancos podem monitorar as áreas 24 horas, sete dias por semana, reduzindo os riscos na concessão de crédito, com informações ainda mais seguras, e também monitorar outros riscos, como os impactos de mudanças no clima.

CUSTO DE OBSERVÂNCIA

Outra iniciativa foi a realização de diagnóstico sobre o custo de observância do sistema financeiro. Esse foi o primeiro levantamento preciso sobre quanto o sistema financeiro gasta para fornecer informações, ou seja, qual o custo dos bancos para gerir informação a um órgão regulador, fiscalizador e arrecadador. Em 2013, foram gastos cerca de R\$ 2,3 bilhões nessa gestão de informação. Uma parte significativa desses custos deve-se a demandas dos municípios. Com base nesses resultados, a FEBRABAN e os bancos associados estão desenvolvendo um modelo para centralização das demandas. Assim, os documentos solicitados pelos órgãos públicos serão disponibilizados por uma única central de dados, reduzindo os custos dessa operação e garantindo a agilidade necessária para o envio dos documentos.

SIMBA

Criado em 2010 pela Procuradoria-Geral da República, o Sistema de Investigação



de Movimentações Bancárias (SIMBA) visa à padronização da forma de solicitação/resposta de quebras de sigilo bancário e respectivos rastreamentos. O SIMBA foi concebido inicialmente para auxiliar os membros do Ministério Público Federal (MPF) na organização e no processamento eletrônico de registros e informações financeiras de pessoas físicas e jurídicas envolvidas, buscando sobretudo identificar e combater o crime organizado.

Com a normativa, ficou definida uma nova sistemática eletrônica que permite a padronização das ordens judiciais em matéria de sigilo bancário, além de reduzir o espaço de tempo entre a solicitação feita pelo magistrado e o recebimento das informações financeiras dos investigados. Os dados chegam pela internet, conferindo maior agilidade à tramitação do processo no Poder Judiciário.

A FEBRABAN tem colaborado integralmente com o poder público e organiza com os bancos e as instituições associadas um mecanismo seguro e eficiente para esse procedimento, garantindo a agilidade e segurança necessárias. A partir de 2014, parte dos esforços foi para a construção de

mecanismo de webservice, ou seja, canal de comunicação que integre todo o Poder Judiciário com a rede bancária em uma única plataforma. Com isso, não será mais necessário o ofício físico do pedido de quebra de sigilo ou o envio de outras informações dos clientes. Todo o processo – da solicitação à entrega efetiva dos dados – será feito eletronicamente. A média anual de solicitações desse escopo chega a 7,5 milhões. Com a plataforma, além da redução de tempo, haverá expressiva diminuição dos custos envolvidos, tanto dos bancos como do poder público. Todas as etapas foram definidas e os processos mapeados em 2014. Para 2015, a FEBRABAN deverá atuar na implementação do sistema.

COMPENSAÇÃO POR IMAGEM

Desde 2009, o sistema financeiro utiliza a compensação de cheques por imagem, sem que haja necessidade da troca física. O sistema já está consolidado e o que tem sido observado é um decréscimo no uso de cheques, cuja compensação somava mais de 1 bilhão em 2009 e totalizou 755,8 milhões em 2014. Isso se deve ao aumento no uso de outros modais de pagamento, como os cartões de débito e crédito. A tendência é que

o uso dos cheques continue a cair, porém, com o processo de bancarização crescente e a entrada de novos clientes no sistema financeiro, ainda deverá representar um meio importante de pagamento nos próximos anos.

DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS BANCÁRIOS

Em 2013, o governo federal promulgou a Lei nº 12.865, que, entre outras normativas, estabelece que nas operações e transações realizadas no Sistema Financeiro Nacional, inclusive por meio de instrumentos regulados por lei específica, o documento digitalizado terá o mesmo valor legal que o documento que lhe deu origem, respeitadas as normas do Conselho Monetário Nacional.

Assim, contratos e demais documentos poderão ser digitalizados com o mesmo valor legal do documento original.

A FEBRABAN tem atuado fortemente com os bancos associados na padronização e construção de plataformas para garantir que as instituições financeiras possam atender de maneiras segura e uniformizada ao normativo.

CERTIFICAÇÃO DOS CORRESPONDENTES

Em dezembro de 2013 entrou em vigor a Resolução nº 4.294, que

altera a legislação que dispõe sobre a contratação de correspondente bancário em todo o País. Entre as principais modificações na legislação desses profissionais está o estabelecimento de regras gerais para pagamento de remuneração da seguinte forma: na contratação da operação, pagamento à vista relativo aos esforços desempenhados na captação do cliente e, ao longo da operação, relativo a outros serviços prestados após a originação.

São cerca de 300 mil correspondentes bancários que prestam serviço ao sistema financeiro e às comunidades, facilitando o acesso a produtos e soluções em ambientes fora das agências bancárias, como farmácias, mercados e concessionárias de veículos.

Outro aspecto importante no que diz respeito ao correspondente é o exame de certificação exigido no artigo 12 da Resolução nº 3.954/2011, para atestar a aptidão dos profissionais que atuam em correspondentes e que prestam atendimento em operações de crédito e arrendamento mercantil, bem como outros serviços para o acompanhamento dessas operações. A certificação passou a ser obrigatória desde o dia 24 de fevereiro de 2014.

A FEBRABAN é a principal entidade certificadora: somou 80 mil agentes certificados em 2013 e 2014 e estima chegar a 100 mil em 2015.

CERTIFICAÇÃO FEBRABAN

	2013	2014
On-line	35.872	19.693
Presencial	9.469	15.154
Total	45.341	34.847

Fonte: FEBRABAN.

EVENTOS

Anualmente, a FEBRABAN realiza uma série de eventos direcionados aos públicos estratégicos que compõem a cadeia de relacionamentos do setor. Em 2014, foram 42, que reuniram 6.740 participantes.

Um dos destaques foi a 24ª edição do Congresso e Exposição de Tecnologia da Informação das Instituições Financeiras (CIAB), maior evento de Tecnologia da Informação (TI) da América Latina para bancos e instituições financeiras, que registrou mais de 15 mil visitantes e expositores. Na ocasião, foram comemorados os dez anos do Espaço Inovação, uma iniciativa da FEBRABAN em parceria com o Instituto de Tecnologia de Software (ITS) que tem como objetivo incentivar *startups* e aproximar as instituições financeiras das soluções das *startups* nacionais.

Em 2015, para celebrar a 25ª edição do CIAB, serão incorporados os segmentos de meios de pagamentos e seguros. Também haverá trilhas que abordarão temas específicos para os bancos internacionais, de investimentos, financeiras e mercado de capitais. O CIAB contará com sete auditórios (eram três em 2014), em que

serão apresentados até 90 painéis. A nova edição terá ainda a colaboração de sete novos parceiros estratégicos: Associação Brasileira de Bancos (ABBC), Associação Brasileira de Bancos Internacionais (ABBI), Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (ACREFI), Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs) e Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg).

Já o 4º Congresso Internacional de Gestão de Riscos contou com 440 participantes, nacionais e estrangeiros, entre autoridades e representantes do setor. No evento, além das novas regras de Basileia III, foram tratadas diversas questões globais, como as revisões dos modelos padronizados de risco de crédito, operacional e de mercado. São temas que estão atualmente em processo de audiência pública em âmbito internacional no Comitê de Basileia e, futuramente, trarão mudanças relevantes ao arcabouço regulatório brasileiro.



Outros assuntos abordados no congresso foram *shadow banking* – sistema de intermediação de crédito que envolve atividades e entidades fora do sistema bancário tradicional –, gestão do risco estratégico, risco de conduta e desafios para a gestão dos riscos socioambientais, que também vem ganhando importância nos debates nacionais e internacionais.

Principais eventos em 2014

- ✓ 10º Fórum de Segurança e Saúde no Trabalho
- ✓ 11º Congresso de Direito Bancário
- ✓ 4º Congresso de Combate e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo
- ✓ Seminário Sistema Financeiro Nacional (SFN) e a Economia Verde
- ✓ 4º Congresso Internacional de Gestão de Riscos
- ✓ 14º Congresso de Auditoria Interna e Compliance
- ✓ 24º CIAB

PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO

A FEBRABAN é uma das 60 entidades dos setores público, privado e sociedade civil que integram a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Enccla). Criada em 2003 pelo Ministério da Justiça, ela tem como objetivo contribuir para o combate sistemático à lavagem de dinheiro no País. [GRI SOS](#)

Em 2013, a Federação lançou, pelo sistema de Autorregulação, um normativo de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, segundo o qual os bancos signatários que circularem recursos de origem ilegal serão responsabilizados.



**EM 2014, 42
EVENTOS
PROMOVIDOS
PELA FEBRABAN
REUNIRAM 6.740
PARTICIPANTES**

No 4º Congresso de Combate e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, realizado em agosto de 2014, a FEBRABAN lançou, em parceria com o Conselho de Controles de Atividades Financeiras (COAF), duas publicações: *Legislação Brasileira – Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo e Casos & Casos – II Coletânea de Casos Brasileiros de Lavagem de Dinheiro*. Os livros abordam os aspectos legais e apresentam os novos tipos da prática de lavagem de dinheiro, contribuindo para a detecção e prevenção desse crime.

Outra ação para ampliar o entendimento e enfrentamento da questão foi o curso de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, realizado com a Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça (SNJ/MJ), ocorrido em agosto.





RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

O setor bancário é apoiado pela FEBRABAN na adoção de práticas sustentáveis no uso de recursos naturais e no relacionamento com as comunidades

Responsabilidade Socioambiental

O tema Responsabilidade Socioambiental é compromisso permanente da agenda da FEBRABAN, que mantém, desde 2002, a Comissão de Responsabilidade Social e Sustentabilidade (CRSS) para promover práticas e comportamentos socioambientalmente responsáveis na cadeia de valor do Sistema Financeiro Nacional.

A CRSS é composta por representantes de 28 bancos e instituições financeiras e atua como instância de governança corporativa da Federação, na qual são discutidos e propostos temas, projetos e diretrizes à Diretoria-Executiva. A deliberação final fica a cargo do Conselho Diretor.

Desde a criação da CRSS a atuação tem sido constantemente ampliada e o setor financeiro avança como um importante indutor de boas práticas que resultam em impactos positivos aos negócios, à sociedade e ao meio ambiente.

Principais objetivos da CRSS:

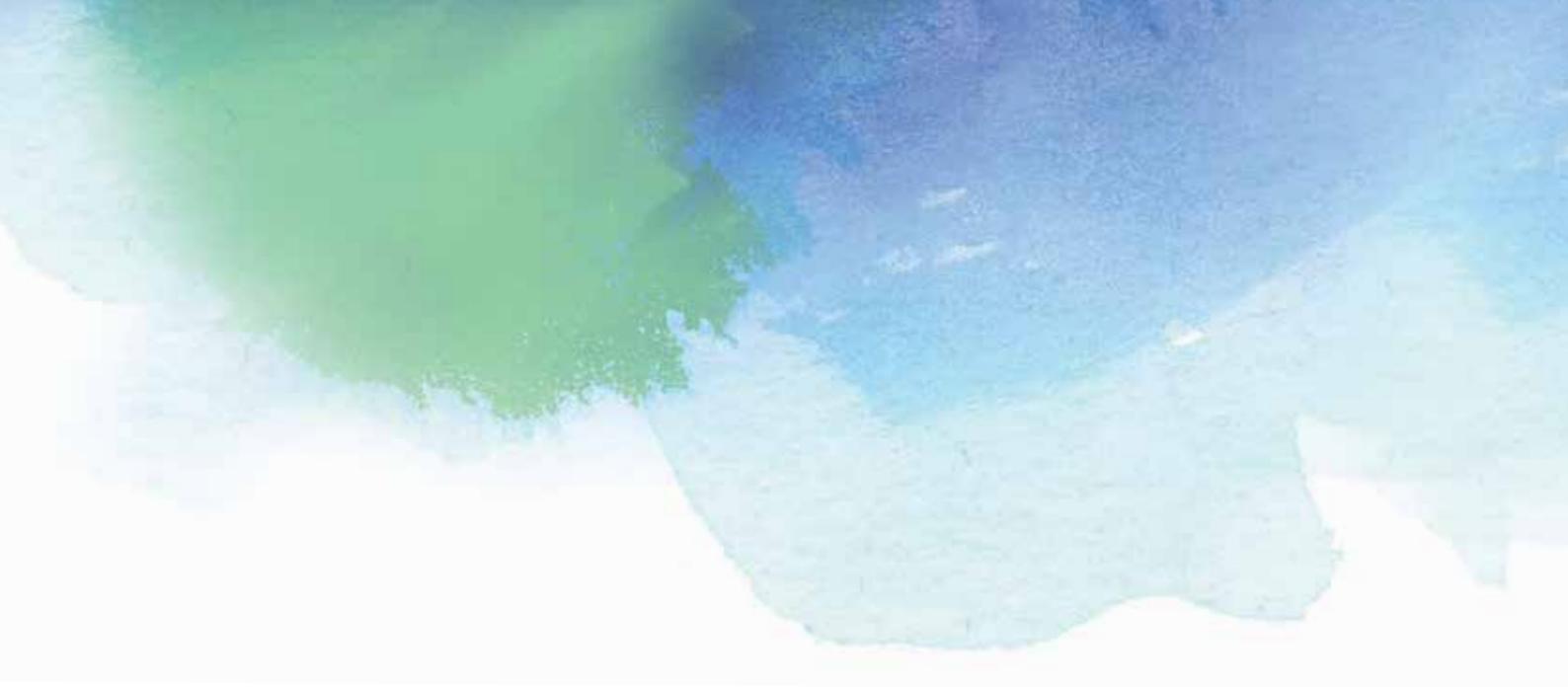
- Manter o setor bancário e a FEBRABAN na vanguarda das práticas empresariais modernas em responsabilidade socioambiental.
- Contribuir para que o setor financeiro esteja em conformidade com os regulamentos e as legislações ambientais e sociais.
- Envolver o setor financeiro no caminho para a Economia Verde, fomentando o conhecimento e a identificação de oportunidades.

- Fornecer os instrumentos para a integração de negócios de desenvolvimento sustentável.
- Incentivar a transparência nos relatórios anuais das instituições financeiras, adotando a plataforma de relatórios integrados.
- Adotar uma abordagem proativa sobre questões e projetos de interesse para o setor bancário com instituições, entidades públicas ou privadas, entidades reguladoras, entidades de classe e empresas brasileiras e internacionais.

UNEP E A ECONOMIA VERDE

No segundo semestre de 2013, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP, na sigla em inglês) lançou a pesquisa global *"Inquiry into Design of a Sustainable Financial System"* sobre fatores, políticas públicas e inovações capazes de acelerar e ampliar a destinação de recursos intermediados pelo setor financeiro para iniciativas que propiciem uma transição mais rápida em direção a uma Economia Verde e sustentável. Essa pesquisa envolve estudos de campo para conhecer melhor a realidade de um grupo de países, identificar restrições e oportunidades, além de colher opiniões e sugestões.

Para contribuir com a pesquisa coordenada pela UNEP, a FEBRABAN estabeleceu uma parceria com o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVCes). Foram preparados



três estudos. O primeiro examina os ambientes legislativo e regulatório, assim como as políticas públicas que tratam dos temas socioambientais relativos ao setor financeiro. O segundo estudo apresenta um primeiro levantamento dos volumes já alocados pelo setor financeiro para a Economia Verde e propõe uma metodologia para identificar e monitorar esse fluxo de recursos. O terceiro examina dois importantes segmentos da economia brasileira e seu processo de transição para a Economia Verde, as energias renováveis e a agropecuária.

Esses estudos constituem um trabalho inovador na medida em que, pela primeira vez, apresentam um levantamento do volume de recursos financeiros que são submetidos à análise especial quanto a riscos socioambientais nos bancos, bem como daqueles alocados a projetos que facilitem a transição para uma economia mais sustentável. Esse cenário-base, que tem o ano de 2013 como referência, será aperfeiçoado após os debates sobre o trabalho. Os estudos apresentam também o quadro institucional, abrangendo a legislação e a regulamentação dirigida especificamente ao setor financeiro.

O setor bancário está entre os setores mais atuantes na incorporação dos princípios da Economia Verde em suas

operações. Em 2009, os bancos privados brasileiros subscreveram o Protocolo Verde, que já havia sido assinado pelos bancos públicos em 1995.

Esse setor, além de prestar serviços de pagamentos, atua também como intermediário entre poupadore e investidores, funcionando com um elevado grau de alavancagem, ou seja, emprestando um múltiplo do seu capital, o que potencializa os impactos positivos e negativos das decisões de alocação de recursos. Por essas razões, as instituições financeiras têm de ser prudentes em suas decisões. Têm também que respeitar, na alocação de recursos para projetos ou atividades, os desejos e mandatos expressos pelos detentores finais dos recursos, que são os poupadore e investidores que confiam suas poupanças às instituições.

No processo de transição para uma Economia Verde é também fundamental o fortalecimento da governança global, no âmbito das Nações Unidas, para definir e fazer cumprir padrões ambientais mínimos em todos os países.

Os estudos estão consolidados no documento *O Sistema Financeiro Nacional e a Economia Verde*. Acesse o site da FEBRABAN para saber mais sobre os estudos.

POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL (PRSA)

Em 2014 entrou em vigor no Brasil a Resolução 4.327, do Banco Central do Brasil, que dispõe sobre as diretrizes que, considerados os princípios de relevância e proporcionalidade, devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A FEBRABAN trabalhou intensamente no processo de consolidação da resolução, que foi anunciada na Rio+20 em 2012. Nesse período, e até a publicação da PRSA, a Federação teve papel importante nas discussões com os agentes reguladores e na preparação e orientação aos bancos e às demais instituições financeiras.

Para auxiliar o setor, a FEBRABAN promoveu em 2014 uma série de atividades, como seminários, workshops e capacitação de profissionais para o entendimento e a aplicação da resolução. Dentre elas, destacaram-se:

- 39º Café com Sustentabilidade, realizado em parceria com a Associação Brasileira de Bancos (ABBC), com participação de representante do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro (Denor), do Banco Central.
- 40º Café com Sustentabilidade, que contou com palestra de representantes do Tribunal Regional Federal da 3ª região e do escritório de advocacia Lobo & de Rizzo, que abordaram os aspectos legais e de responsabilidades envolvendo os bancos no cumprimento da resolução.
- Encontro com cerca de 30 representantes de bancos, também para dar continuidade à discussão sobre a aplicação da norma.
- Capacitação técnica, promovida por meio do Instituto FEBRABAN de Educação (INFI). Foram realizadas quatro turmas, com a participação de 149 bancários, de 46 instituições financeiras. Para 2015, será lançado o *Guia Prático para Elaboração e Implementação de Política de Responsabilidade Socioambiental* e promovido um curso on-line de Educação a Distância (EAD), via INFI, com conteúdo aberto a todos os interessados. GRI EN26

DESTAQUES DA RESOLUÇÃO

- Define risco ambiental como um componente das diversas categorias de riscos
- Fortalece a gestão de riscos social e ambiental
- Estimula o crescimento das operações de crédito e da qualidade das carteiras
- Permite que cada instituição estabeleça suas próprias orientações sobre questões sociais e ambientais que visam à mitigação de risco e/ou a novas oportunidades de negócios
- Integra as questões sociais e ambientais em governança e planejamento estratégico da instituição

Autorregulação sobre responsabilidade socioambiental

Após dois anos de trabalhos, o Sistema de Autorregulação Bancária (SARB), que tem como objetivo promover o comportamento ético, transparente e responsável do setor financeiro, lançou, em 2014, o Normativo de Criação e Implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental (SARB14/2014), que formaliza diretrizes e procedimentos fundamentais para as práticas socioambientais de seus signatários nos negócios e na relação com as partes interessadas.

Um dos desafios é estabelecer padrões e processos que atendam às diferentes realidades e aos estágios de maturidade dos bancos na elaboração de suas Políticas de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), alguns com grande experiência e processos estruturados e outros no início dessa trajetória.

De acordo com o SARB14/2014, o gerenciamento de risco socioambiental deve ser dividido em: Financiamento a projetos, Operações com significativo risco socioambiental, Participação em empresas e Garantias imobiliárias.

Destaques do SARB:

- Estabelece os procedimentos e requisitos operacionais que demonstram o empenho e a diligência da instituição financeira na avaliação dos impactos ambientais de suas operações e atividades
- Contribui para fortalecer a gestão de risco socioambiental e sua governança
- Reduz a insegurança jurídica (principalmente a responsabilidade indireta nos danos ambientais causados por projetos financiados)

AGENDA DA CRSS PARA 2015

A CRSS tem algumas iniciativas de destaque em andamento, entre elas:

- Avaliação da aderência pelas instituições e a proposição de soluções inovadoras para os desafios apresentados na PRSA do Bacen
- Definição de uma metodologia para medir os recursos canalizados pelo Sistema Financeiro Brasileiro para a Economia Verde
- Estudo de viabilidade dos títulos de *Green Bonds* e de títulos para o mercado de Certificados de Regularização e Compensação Ambiental (CRA)
- Promoção e ampliação do Programa Agricultura de Baixo Carbono instituído pelo Governo Federal
- Participação com os setores público e privado para acelerar a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para atender o Novo Código Florestal – Lei nº 12.651/2012

CENSO DA DIVERSIDADE

Cinco anos depois de ter realizado seu primeiro mapeamento sobre a diversidade do setor bancário, a Federação concluiu em 2014 o segundo Censo da Diversidade, que revelou importantes avanços. A pesquisa também permitiu orientar esforços para melhorias nas condições de trabalho e o aumento da inclusão no ambiente dos negócios.

O 2º Censo da Diversidade mostrou relativo equilíbrio de gênero no setor, com 51,7% de homens e 48,3% de mulheres. Na região Sudeste, por exemplo, as mulheres são maioria, com 51,9%, ante 48,1% de homens.





A presença feminina é ainda mais relevante considerando que são profissionais altamente qualificadas, muitas vezes chefes de família, cuja representatividade é marcante em diversos aspectos da sociedade brasileira.

A pesquisa foi promovida de março a maio e envolveu o público interno de 18 instituições financeiras, que representam mais de 90% dos bancários. Entre as novidades, passou a incluir a orientação sexual como um dos indicadores.

Principais resultados do censo

- 61,6% estão casados ou vivem união estável com uma pessoa do sexo oposto e 1,1% com pessoas do mesmo sexo.
- 14,5% dos trabalhadores estão no setor bancário há mais de 25 anos. No primeiro censo, eram 10,4%.
- 23,3% do quadro funcional tem entre 45 e 54 anos. Eram 19,6% em 2008.
- Os profissionais com 55 anos ou mais passaram de 1,3% para 6,9%.
- 24,7% dos funcionários e das funcionárias se autodefiniram negros. É um aumento de 30% em relação aos 19% de cinco anos antes.
- 74,5% dos funcionários e das funcionárias negros têm curso superior. O índice era de 59% no primeiro censo.
- O percentual de pessoas com deficiência dobrou, passando de 1,8% para 3,6%.
- Considerando os empregados formados e aqueles que estão cursando faculdades, o percentual de curso superior foi para 95,8%.
- 1,9% dos consultados se declararam homossexuais e 0,6%, bissexuais.

O setor financeiro nacional soma mais de 500 mil trabalhadores. Sua excelência e agilidade, mundialmente reconhecidas, se devem em muito à qualidade da

atuação desses profissionais. Trata-se de um público caracterizado por alto nível educacional – mais de 90% do quadro funcional, segundo o Censo da Diversidade 2014, tem formação superior e grande parte concluiu ou está cursando pós-graduação, mestrado, doutorado ou MBAs –, que passou a desempenhar papel cada vez mais estratégico na condução dos negócios financeiros do País.

Fortemente direcionados a resultados e eficiência, esses profissionais estabelecem padrões inovadores no desenvolvimento de produtos e serviços e no relacionamento com os principais *stakeholders* do segmento. Por essa razão, a produção e o compartilhamento de conhecimento são foco de investimentos crescentes pelo setor.

CONVENÇÃO COLETIVA

Desde 1993, a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria é nacional. O processo de entendimentos entre as partes reforça a maturidade adquirida em décadas de diálogo social marcado pela representatividade e pelo equilíbrio de forças.

Maior convenção coletiva do Brasil, as negociações têm como data-base 1º de setembro e reúnem 157 bancos, representados pela Federação Nacional dos Bancos (FENABAN). Juntos, envolvem mais de 500 mil trabalhadores, 210 sindicatos, 13 federações e duas confederações.

A FEBRABAN atua em todas as etapas desse processo: do relacionamento direto e regular com as partes envolvidas, promovendo a troca de experiências e capacitação com os dirigentes, à composição de grupos de trabalho para a definição de temas de interesse da relação trabalhista no setor.

Na negociação do reajuste salarial, há anos a CCT vem garantindo aumento real de salário para a categoria e ampliação dos benefícios dos trabalhadores. Em 2014, o reajuste foi de 8,5%.

A saúde e segurança dos profissionais é outro foco permanente das negociações. No ano, teve continuidade o projeto de Melhoria da Gestão em Segurança e Saúde no Trabalho, com a aplicação das 20 diretrizes definidas para promover a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Um dos destaques em 2014 foi a constituição de Grupo de Trabalho Bipartite, que tem como objetivos discutir, em 2015, os conflitos e analisar as causas de afastamentos do trabalho.

A atenção à prevenção de conflitos nos ambientes de trabalho continua estimulando a comunicação segura com os bancários, seja por meio de mecanismos internos, seja via sindicatos.

Principais aspectos da 23ª CCT do setor bancário

- Reajuste: 8,5%.
- Piso escritório após 90 dias: R\$ 1.796,45 para jornada de seis horas diárias.
- Piso para a função de caixa após 90 dias: R\$ 2.426,76 para jornada de seis horas diárias.
- Participação nos Lucros e Resultados (PLR), cuja regra básica pode chegar a 2,2 salários do empregado e mais uma parcela adicional de até R\$ 3.675,98.

AUTORREGULAÇÃO GRI EC9 | PRS

Desde 2007, o Sistema de Autorregulação Bancária (SARB) orienta as principais diretrizes da FEBRABAN, por meio de normativos criados em comum acordo com os bancos signatários.

Em 2014, o SARB introduziu quatro novos normativos, totalizando 16, e teve a adesão de mais um banco, somando 19 signatários. Três desses normativos tratam de proteção ao consumidor (Resumo Contratual, Contratação de Crédito por

Meios Remotos e Crédito Consignado) e um de Responsabilidade Socioambiental.

O normativo, fruto de trabalho colaborativo entre os bancos participantes, é elaborado de maneira proativa, com definição de regras para orientar comportamentos, produtos e padrões de relacionamento para o setor.

O de Resumo Contratual, por exemplo, surgiu da necessidade de oferecer um documento sucinto ao cliente, resultando em maior transparência, lealdade e objetividade.

Já o de Contratação de Crédito por Meios Remotos permite que o cliente tenha acesso a procedimentos simplificados para adquirir empréstimos e financiamentos, com as explicações necessárias e de fácil entendimento. Dessa forma, quem faz contratação por banco on-line, caixas eletrônicos, telefones ou aplicativos, sem contato com representante direto do banco, tem informações necessárias e suficientes para orientar sua decisão. O normativo também prevê a emissão do contrato em formato físico para os clientes.

Da mesma maneira, o crédito consignado tem o objetivo de estabelecer regras que garantam a qualidade e responsabilidade na contratação dessa modalidade visando à prevenção de conflitos, à melhoria da segurança e ao equilíbrio nas relações de consumo.

Diálogo com órgãos públicos

A FEBRABAN realiza anualmente edições do Seminário de Marketing e Relacionamento com os Clientes (Semarc), envolvendo representantes de bancos e órgãos reguladores e de defesa do consumidor. Neles são debatidos temas atuais de interesse público que afetam o relacionamento dos clientes com o setor financeiro.

Em 2014, em razão da agenda política do País (eleições) e da realização da Copa do Mundo, foi promovido um único evento, que tratou de temas como Arranjos de

Pagamento, Portabilidade de Crédito e Concessão Responsável de Crédito. Para 2015, estão previstas três edições.

O Semarc conta com a participação dos bancos, da Secretaria Nacional do Consumidor (ligada ao Ministério da Justiça), do Banco Central, do Ministério Público, das Defensorias Públicas e dos Procons.

Monitoramento e auditoria das agências

O monitoramento do SARB é feito por auditorias nas agências e pelo método de pesquisa *mystery shopper* (cliente misterioso) nos Serviços de Atendimento ao Consumidor (SACs) das instituições signatárias.

As auditorias acontecem continuamente em 2.100 agências de 21 capitais e se estenderam a mais 15 cidades com 400.000 habitantes. Em 2014 completou-se o ciclo de dois anos da avaliação em todas as capitais.

Já o processo de cliente misterioso é realizado por meio de onda única (ação) anual, com 1.260 amostras, distribuídas entre as instituições financeiras signatárias e nos segmentos Banco Comercial, Cartão de Crédito e Financeiras.

Painel Setorial de Atendimento

O Painel Setorial de Atendimento é uma ferramenta com indicadores de atendimento nos canais de seis grandes instituições financeiras (Banco do Brasil, Bradesco, Citibank, Itaú Unibanco, HSBC e Santander), que, desde 2013, apresenta dados sobre a qualidade do atendimento prestado por centrais, SACs, ouvidorias e em canais externos, como Procons, Bacen e ações cíveis. O acompanhamento permanente e a análise dos resultados têm por objetivo nortear a adoção de mecanismos com foco na prevenção e redução e resolução de demandas.

BANCOS E INSTITUIÇÕES SIGNATÁRIOS DO SARB

ANDBANK	BICBANCO
BANCO DO BRASIL	BRADESCO
BANCO DO NORDESTE	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
BANCO ORIGINAL	CITIBANK
BANCO SAFRA	HSBC
BANCO TOYOTA	ITAÚ UNIBANCO
BANCO VOLKSWAGEN	MERCANTIL DO BRASIL
BANCO VOTORANTIM	SANTANDER
BANPARÁ	SICREDI
BANRISUL	

No ano, os SACs desses bancos realizaram 30 milhões de atendimentos. O número de consumidores que buscou órgãos públicos como o Procon registrou expressiva queda de 22%, na comparação com 2013. A redução nas demandas do Bacen foi de 13% e nas ações judiciais, de 9%.

Central Conte Aqui

A Central Conte Aqui é um espaço criado pela FEBRABAN, específico da área de Autorregulação da entidade, em que podem ser registradas situações que indiquem descumprimento de qualquer norma de autorregulação bancária por parte das instituições financeiras participantes.

Além disso, com a autorização do cliente que registra a reclamação, o fato é encaminhado pela Federação ao banco para tratamento individualizado do caso. O prazo de resposta previsto é de 15 dias. Em 2014, houve um aumento de 40% nos casos de consumidores, totalizando 2.414 registros.

STAR

O STAR – Sistema de Divulgação de Tarifas da FEBRABAN (www.febraban-star.org.br) ficou estável em 2014, quando recebeu 4,9 milhões de acessos. Criado em 2007, ele já tem incorporada a cultura de prestação de contas ao consumidor. Com essa aplicação, o consumidor pode fazer consultas, pesquisas e comparações das tarifas cobradas por algumas das principais instituições financeiras do País.

A plataforma permite ainda comparar pacotes de produtos e serviços entre os bancos e possibilita ao cliente escolher e analisar qual é o pacote mais adequado ao seu perfil e às suas necessidades, considerando a capacidade financeira.

Acessos ao site do Sistema de Informações de Tarifas Bancárias – STAR (milhões)



Fonte: FEBRABAN.

INSTITUTO FEBRABAN DE EDUCAÇÃO (INFI) GRI EC8

Para o público do setor financeiro, a Federação atua em diversas frentes. Na capacitação técnica, conta com o Instituto FEBRABAN de Educação (INFI) e uma ampla e atualizada grade de cursos, em diferentes modalidades e formatos, para atender às necessidades de treinamento e permitir a certificação dos funcionários.

O INFI tem compromisso com a construção e o compartilhamento do conhecimento sobre e para o setor financeiro. Para os funcionários dos bancos e das instituições financeiras, desenvolve uma grade de cursos, seminários, *workshops* e educação a distância que atende às necessidades de capacitação nas diversas áreas do Sistema Financeiro Nacional.

Para a sociedade em geral, elabora e coloca à disposição conteúdo sobre finanças pessoais, consumo consciente e crédito responsável, entre outros temas que envolvem a relação entre o mercado financeiro e as pessoas.

Em 2014, as principais mudanças se deram no formato educacional adotado, que privilegia ainda mais os ambientes on-line e *mobile*, e no lançamento do novo portfólio de cursos do INFI.

Atualmente, são mais de 80 cursos, que atendem a muitas áreas de atuação do setor. Em três anos de atividades, o Instituto se consolidou como um centro formador e disseminador de conhecimento, marcando seu papel de escola de negócios e finanças. Temas como marketing, planejamento, estratégia de negócios e vendas, entre outros, se somam à grade de cursos de formação técnica.

O portal também foi reformulado e novo *layout* e novas funcionalidades entraram no ar em setembro. Outra modalidade que ganhou mais destaque foram os *summits*, realizados em formatos de seminários, que fazem parte de um programa avançado para discutir “o estado da arte” no sistema financeiro. Criado em 2013, apresentou crescimento de 150% no último ano.

Em 2014, ainda tiveram início as primeiras experiências de *social learning*. Inovadoras, elas propõem a criação de comunidades de práticas e fóruns de discussão. Sob esse formato, no período de três semanas os estudantes devem participar de módulos a distância e presencial. A metodologia prevê a disponibilização de material, que será transformado em projeto de aplicativo compartilhado com todos os outros alunos e, posteriormente, implantado no ambiente de trabalho. Ou seja, o conhecimento se dá já no início do processo, é compartilhado e então se transforma em aplicação prática.

No total, o INFI realizou 205 cursos, que somaram 5.708 participantes, em 2014.

NÚMERO DE ALUNOS POR MODALIDADE

MODALIDADE	2011	2012	2013	2014
Cursos presenciais	4.071	2.789	5.171	3.616
Educação a distância	-	145	180	1.201
<i>Summits</i>	-	-	265	891

Fonte: FEBRABAN.

NOVOS PROGRAMAS LANÇADOS EM 2014

NOME DO PROGRAMA	MÊS DE REALIZAÇÃO
Summit Meios de Pagamentos	Fevereiro e abril
Summit Basileia III	Fevereiro
Summit Portabilidade	Abril
Café com Especialistas: Riscos não financeiros	Maio
Café com Especialistas: Dodd Frank, EMIR e Rússia	Junho
Summit Educação Corporativa	Agosto
Palestra Dia do Bancário	Agosto
Summit Novo Regime Fiscal	Setembro
Summit Sensoriamento Remoto – SGIPS	Setembro
Summit FATCA	Setembro
Summit FATCA Seguros	Dezembro
Summit FATCA IGA	Novembro
Summit Excelência Operacional nas etapas de ciclo de crédito	Novembro
Summit International Competitiveness banking of 21 st Century	Novembro
Curso de Capacitação para Elaboração de Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA)	Dezembro
Curso de Governança, Riscos e Compliance	Junho, setembro e novembro
Curso Banking: Simulação de Banco	Julho
Certificação Profissional para o Banco BB	Setembro a dezembro
Workshop Opções de Investimento	Outubro
Palestra Cenário Econômico na América Latina	Julho

Fonte: FEBRABAN.



2014

<i>In company</i>	Cursos	91
	Pessoas treinadas	2.998
<i>Cursos abertos</i>	Cursos	48
	Pessoas treinadas	618
<i>Summit</i>	Cursos	15
	Pessoas treinadas	891
<i>EAD</i>	Cursos	51
	Pessoas treinadas	1.201
<i>EAD correspondentes</i>	Cursos	4
	Pessoas treinadas	1.464
Número total de cursos*		205
Número total de alunos*		5.708

2013

<i>In company</i>	Cursos	140
	Pessoas treinadas	4.732
<i>Cursos abertos</i>	Cursos	42
	Pessoas treinadas	439
<i>Summit</i>	Cursos	6
	Pessoas treinadas	265
<i>EAD</i>	Cursos	5
	Pessoas treinadas	180
<i>EAD correspondentes</i>	Cursos	4
	Pessoas treinadas	14.484
Número total de cursos*		193
Número total de alunos*		5.616

2012

<i>In company</i>	Cursos	62
	Pessoas treinadas	1.914
<i>Cursos abertos</i>	Cursos	65
	Pessoas treinadas	875
<i>EAD</i>	Cursos	4
	Pessoas treinadas	145
Número total de cursos		131
Número total de alunos		2.934

2011

<i>In company</i>	Cursos	86
	Pessoas treinadas	2.796
<i>Cursos abertos</i>	Cursos	102
	Pessoas treinadas	1.275
Número total de cursos		188
Número total de alunos		4.071

*Os totais de cursos e alunos não incluem correspondentes.
Fonte: FEBRABAN.

Educação financeira GRI EC8 | EC9

Com o crescimento da classe média no Brasil, nos últimos anos, o processo de inclusão bancária agregou milhões de usuários ao sistema financeiro, com necessidade de formação prática e simplificada para o uso responsável de crédito e das ferramentas de pagamentos e serviços disponíveis.

A FEBRABAN reconhece o grande desafio e soma esforços ao Poder Público, à academia e à mídia para promover o comportamento financeiro sustentável das pessoas e famílias. O programa Meu Bolso em Dia, por exemplo, é um laboratório de práticas integradas à Estratégia Nacional

de Educação Financeira (Enef) e às demais iniciativas do setor.

Para entender o perfil e as demandas que podem ajudar a atender esse público, a FEBRABAN realizou pesquisa em duas etapas. Em 2013, foi feita uma análise quantitativa e, em 2014, a análise qualitativa, que envolveu dez famílias. Elas foram divididas em quatro perfis e, com acompanhamento, usaram as ferramentas desenvolvidas pelo programa Meu Bolso em Dia. Os perfis são: “o empobrecido”, que só melhora o controle financeiro se conseguir aumentar seu nível de renda; “o endividado” e “o inadimplente”, que só conseguem controlar as dívidas com o

auxílio de programas e tecnologias criadas para tal ou com a ajuda de profissionais de finanças, ou seja, primeiro precisam se organizar para depois se tornarem planejadores; e “o planejador”, que está em situação estabilizada e pode evoluir para se tornar “realizador”, “poupador” até chegar a “investidor”.

Ao fim de um ano do estudo, que foi conduzido pelo Instituto Data Popular, os resultados mostraram que, bem orientadas e com instrumentos acessíveis, as famílias puderam começar a organizar melhor suas finanças, com consideráveis 80% de redução no quadro dos endividados.

INÍCIO DA PESQUISA

INÍCIO DA PESQUISA	FIM DA PESQUISA
CONTROLE INSUFICIENTE: NÃO SE REGISTRAVAM AS DÍVIDAS OU, NO MÁXIMO, ANOTAVA-SE APENAS PARA VISUALIZAR OS GASTOS FIXOS	REGISTROS MAIS RIGOROSOS: GASTOS FIXOS E GASTOS PEQUENOS/ EVENTUAIS PASSARAM A SER ANOTADOS EM PLANILHAS OU NO JIMBO
DÍVIDAS EM ATRASO: EMPOBRECIDOS: NÃO HOUVE VARIAÇÃO EM FUNÇÃO DA BAIXA RENDA	TOMADA DE CONSCIÊNCIA: PERCEBERAM COMO GASTAVAM E EM QUE PODERIAM ECONOMIZAR
INADIMPLEMENTES: REDUÇÃO DE 9%	MUDANÇA: MODIFICARAM SUAS PRÁTICAS DE CONSUMO E, AOS POUCOS, CONSEGUIRAM REALIZAR SEUS PLANOS E DESEJOS MAIS IMEDIATOS
ENDIVIDADOS/DESORGANIZADOS: REDUÇÃO DE ATÉ 80%	
PLANEJADORES: NÃO POSSUÍAM CONTAS EM ATRASO	

Consumo consciente em parceria com o Akatu

Em 2014, outra novidade foi a parceria entre o programa Meu Bolso em Dia e o Instituto Akatu para o desenvolvimento da iniciativa Nossa Consumo. Trata-se da criação e do lançamento de quatro aplicativos: Nossa Água, Nossa Energia e Nossa Alimentação e, em janeiro de 2015, Nossa Transporte.

A FEBRABAN identificou que esses são temas diretamente relacionados ao orçamento das famílias brasileiras e têm o aspecto de responsabilidade socioambiental como elemento de sucesso, colaborando para a disseminação de comportamentos sustentáveis.

Direcionados a todos os públicos, esses aplicativos são focados nos jovens, um grupo que deverá ganhar cada vez

mais espaço nas ações da FEBRABAN. Elaborados no formato de jogos, apresentam conteúdo didático sobre cada um dos temas e auxiliam o usuário a fazer a melhor opção para cada caso, considerando a economia de dinheiro e recursos naturais. Apenas nos quatro primeiros meses de lançamento, os aplicativos Nossa Água e Nossa Energia somaram mais de 26 mil *downloads* e foram avaliados com 4,6 de 5 estrelas, em média.

Conhecimento acadêmico GRI EC8

Para estimular a produção de conhecimento acadêmico, a FEBRABAN tem dado prosseguimento a iniciativas como o Prêmio FEBRABAN de Economia Bancária, que teve sua sexta edição em 2014. As principais



mudanças foram a parceria com o INFI em sua organização e a alteração no nome, que passou a ser Prêmio INFI-FEBRABAN de Economia Bancária.

Os trabalhos participantes devem, preferencialmente, tratar de temas vinculados à economia bancária, como crédito bancário, bancarização, juros e *spread*, regulação do sistema financeiro e rentabilidade bancária. Também foi criada categoria especial cujo tema é Educação Financeira. As modalidades do prêmio são (A) dissertações, teses e artigos acadêmicos e (B) monografias de graduação.

Em 2014 também foi firmado convênio com quatro grandes universidades brasileiras para a produção de conhecimento em economia bancária. O objetivo é que estudantes de graduação da Faculdade de Economia e Administração da USP (FEA-USP), da Fundação Getulio Vargas (FGV), da Universidade de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) produzam trabalhos na área de economia bancária. Os temas que serão foco dos estudos foram definidos em parceria com as universidades, que deverão apresentar quatro trabalhos científicos cada uma ao longo de 2015.

Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef)

A FEBRABAN participa ainda da comissão permanente do Comitê Nacional de Educação Financeira (Conef), grupo que tem a responsabilidade de coordenar a execução da Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef).

Política pública lançada em 2010, a Enef tem a finalidade de promover a educação

financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do Sistema Financeiro Nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores. A FEBRABAN ocupa também papel de articulador entre o Conef e os bancos, além de ser uma das quatro entidades mantenedoras da Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil). [GRI S05](#)

Programa Ciências sem Fronteiras [GRI EC8](#)

Em 2012, a FEBRABAN assinou com os Ministérios da Educação (MEC) e da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), por intermédio da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), um protocolo de cooperação científica prevendo a manutenção de 6.500 bolsas do Programa Ciência sem Fronteiras.

No total, foram acordados investimentos de U\$S 180,8 milhões ao longo de quatro anos em 6.500 bolsas de estudo, configurando a maior contribuição de um patrocinador privado ao programa.

As bolsas são direcionadas às áreas de engenharias, tecnologias da informação, ciências exatas, ciências biomédicas, energias renováveis, tecnologias mineral e nuclear, biodiversidade, bioprospecção, ciências do mar, transição para economia verde, nanotecnologia, biotecnologia, fármacos, tecnologia de prevenção de desastres naturais, tecnologia aeroespacial e produção agrícola sustentável. Mais de 220 universidades em todo o mundo foram selecionadas para receber os alunos brasileiros.

ÍNDICE REMISSIVO GRI

GRI 3.12

INDICADORES DE PERFIL

ESTRATÉGIA E ANÁLISE

RESPOSTAS | PÁGS. RA

1.1	Declaração do detentor do cargo com maior poder de decisão na organização sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e sua estratégia.	7 a 9
1.2	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades.	42 a 43; 59 a 60; e 62 a 64

PERFIL ORGANIZACIONAL

RESPOSTAS | PÁGS. RA

2.1	Nome da organização.	4
2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços.	18
2.3	Estrutura operacional da organização, incluindo principais divisões, unidades operacionais, subsidiárias e <i>joint ventures</i> .	21 a 23
2.4	Localização da sede da organização.	21
2.5	Número de países em que a organização opera e nome dos países onde suas principais operações estão localizadas ou são especialmente relevantes para as questões de sustentabilidade cobertas pelo relatório.	16
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade.	4
2.7	Mercados atendidos (incluindo discriminação geográfica, setores atendidos e tipos de clientes/beneficiários).	16
2.8	Porte da organização, incluindo: a) número de empregados; b) número de operações; c) vendas líquidas ou receita líquida; d) capitalização total discriminada em termos de dívida e patrimônio líquido; e e) quantidade de produtos ou serviços oferecidos.	21 a 23
2.9	Principais mudanças durante o período coberto pelo relatório referentes a porte, estrutura ou participação acionária.	16
2.10	Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório.	A FEBRABAN não se candidatou a prêmios no período de 2014.

PARÂMETROS PARA O RELATÓRIO

RESPOSTAS | PÁGS. RA

3.1	Período coberto pelo relatório (ano contábil/civil) para as informações apresentadas.	5
3.2	Data do relatório mais recente (se houver).	2013
3.3	Ciclo de emissão de relatórios (anual, bienal etc.).	4
3.4	Dados para contato em caso de perguntas relativas ao relatório ou a seu conteúdo.	5
3.5	Processo para a definição do conteúdo do relatório, incluindo: a) determinação da materialidade, b) priorização de temas no relatório e c) identificação de quais stakeholders a organização espera que usem o relatório.	4 e 5
3.6	Limite do relatório (países, divisões, subsidiárias, instalações arrendadas, <i>joint ventures</i> e fornecedores).	4 e 5
3.7	Declaração sobre quaisquer limitações específicas quanto ao escopo ou ao limite do relatório.	4 e 5
3.8	Base para a elaboração do relatório no que se refere a <i>joint ventures</i> , subsidiárias, instalações arrendadas, operações terceirizadas e outras organizações que possam afetar significativamente a comparabilidade entre períodos e/ou organizações.	4 e 5
3.10	Explicação das consequências de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações (fusões ou aquisições, mudança no período ou ano-base, natureza do negócio e métodos de medição).	5
3.11	Mudanças significativas em comparação com anos anteriores no que se refere a escopo, limite ou métodos de medição aplicados no relatório.	5
3.12	Tabela que identifica a localização das informações no relatório.	5 e 84 a 87

GOVERNANÇA, COMPROMISSO E ENGAJAMENTO

RESPOSTAS | PÁGS. RA

4.1	Estrutura de governança da organização, incluindo comitês sob o mais alto órgão de governança responsável por tarefas específicas, como estabelecimento de estratégia ou supervisão da organização.	30 a 33
4.2	Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja um diretor executivo (e, se for o caso, suas funções dentro da administração da organização e as razões para tal composição).	31
4.3	Para organizações com estrutura de administração unitária, declaração do número e gênero de membros independentes ou não executivos do mais alto órgão de governança.	31
4.4	Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações ou deem orientações ao mais alto órgão de governança.	Não há, atualmente, mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações ou deem orientações ao mais alto órgão de governança.
4.8	Declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes para os desempenhos econômico, ambiental e social, assim como o estágio de sua implementação.	17
4.13	Participação em associações (como federações de indústrias) e/ou organismos nacionais/internacionais de defesa em que a organização: a) possui assento em grupos responsáveis pela governança corporativa, b) integra projetos ou comitês, c) contribui com recursos de monta além da taxa básica como organização associada ou d) considera estratégica sua atuação como associada.	16 e 35
4.14	Relação de grupos de stakeholders engajados pela organização.	4 e 20
4.15	Base para a identificação e a seleção de stakeholders com os quais se engajar.	20

INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÔMICO

ASPECTO: DESEMPENHO ECONÔMICO

RESPOSTAS | PÁGS. RA

EC1	Essencial	Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos.	49
-----	-----------	--	----

ASPECTO: PRESENÇA NO MERCADO

RESPOSTAS | PÁGS. RA

EC5	Adicional	Variação da proporção do salário mais baixo, discriminado por gênero, comparado ao salário-mínimo local em unidades operacionais importantes.	Parcial 24
-----	-----------	---	--------------

ASPECTO: IMPACTOS ECONÔMICOS INDIRETOS

RESPOSTAS | PÁGS. RA

EC8	Essencial	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades <i>pro bono</i> .	79 a 83
EC9	Adicional	Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos significativos, incluindo a extensão dos impactos.	42; 61; 77 a 83

INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL

ASPECTO: ENERGIA

RESPOSTAS | PÁGS. RA

EN4	Essencial	Consumo de energia indireta, discriminado por fonte primária.	29
EN5	Adicional	Energia economizada em razão das melhorias em conservação e eficiência.	29
EN7	Adicional	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas.	29

ASPECTO: ÁGUA

RESPOSTAS | PÁGS. RA

EN8	Essencial	Total de retirada de água, por fonte.	29
-----	-----------	---------------------------------------	----

ASPECTO: PRODUTOS E SERVIÇOS

RESPOSTAS | PÁGS. RA

EN26	Essencial	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.	10; 28; 29 e 74
------	-----------	---	-----------------

INDICADORES DE DESEMPENHO REFERENTES A PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE

ASPECTO: EMPREGO

RESPOSTAS | PÁGS. RA

LA1	Essencial	Total de trabalhadores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região, discriminado por gênero.	24 a 26
LA2	Essencial	Número total e taxa de novos empregados contratados e rotatividade de empregados, por faixa etária, gênero e região.	24
LA3	Adicional	Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados pelas principais operações em locais significativos.	24
LA15	Essencial	Retorno ao trabalho e taxas de retenção após licença-maternidade/paternidade, discriminados por gênero.	24

ASPECTO: RELAÇÕES TRABALHISTAS

RESPOSTAS | PÁGS. RA

LA4	Essencial	Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva.	24
-----	-----------	---	----

ASPECTO: TREINAMENTO E EDUCAÇÃO

RESPOSTAS | PÁGS. RA

LA10	Essencial	Média de horas de treinamento por ano e funcionário, discriminada por gênero e categoria funcional.	Não possui esse indicador.
LA11	Adicional	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e gerenciam o fim da carreira.	Não há.
LA12	Adicional	Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, discriminado por gênero.	24

ASPECTO: DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES**RESPOSTAS | PÁGS. RA**

LA13	Essencial	Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria funcional de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade.	25 a 27
------	-----------	--	---------

INDICADORES DE DESEMPENHO REFERENTES A DIREITOS HUMANOS**ASPECTO: NÃO DISCRIMINAÇÃO****RESPOSTAS | PÁGS. RA**

HR4	Essencial	Número total de casos de discriminação e as medidas corretivas tomadas.	Não houve nenhum caso de discriminação.
-----	-----------	---	---

ASPECTO: PRÁTICAS DE SEGURANÇA**RESPOSTAS | PÁGS. RA**

HR8	Adicional	Percentual do pessoal de segurança submetido a treinamento nas políticas ou nos procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos que sejam relevantes às operações.	Os serviços de segurança patrimonial são realizados por empresa contratada, também responsável pelo treinamento. Não há registro de casos de discriminação.
-----	-----------	--	--

ASPECTO: REPARAÇÃO**RESPOSTAS | PÁGS. RA**

HR11	Essencial	Número de queixas relacionadas a direitos humanos protocoladas, tratadas e resolvidas por meio de mecanismo formal de queixas.	Não há mecanismo formal de queixas.
------	-----------	--	-------------------------------------

INDICADORES DE DESEMPENHO REFERENTES À SOCIEDADE**ASPECTO: CORRUPÇÃO****RESPOSTAS | PÁGS. RA**

SO3	Essencial	Percentual de empregados treinados nas políticas e nos procedimentos anticorrupção da organização.	Não há treinamento de políticas e procedimentos anticorrupção da organização, mas 100% dos funcionários são orientados no momento da contratação.
-----	-----------	--	---

SO4	Essencial	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.	Não houve registro de casos de corrupção em 2014.
-----	-----------	---	---

ASPECTO: POLÍTICAS PÚBLICAS**RESPOSTAS | PÁGS. RA**

SO5	Essencial	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies.	69 e 83
-----	-----------	--	---------

SO6	Adicional	Valor total de contribuições financeiras e em espécie para políticos, partidos políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país.	A FEBRABAN é apartidária; não faz contribuições financeiras nem outro tipo de apoio/campanha política.
-----	-----------	--	--

INDICADORES DE DESEMPENHO REFERENTES À RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO**ASPECTO: ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS****RESPOSTAS | PÁGS. RA**

PR5	Adicional	Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação.	77 a 79
-----	-----------	---	---------



CRÉDITOS

COORDENAÇÃO GERAL

Mário Sérgio Fernandes de Vasconcelos
Diretor de Relações Institucionais da FEBRABAN

CONSULTORIA GRI, COORDENAÇÃO EDITORIAL E DESIGN

TheMediaGroup

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Gráfica Studio A

Papel

Capa: Duo Design, 250 g/m²
Miolo: Couche Fosco, 150 g/m²

Tiragem

50 exemplares – versão português
50 exemplares – versão em inglês

Data

Outubro de 2015

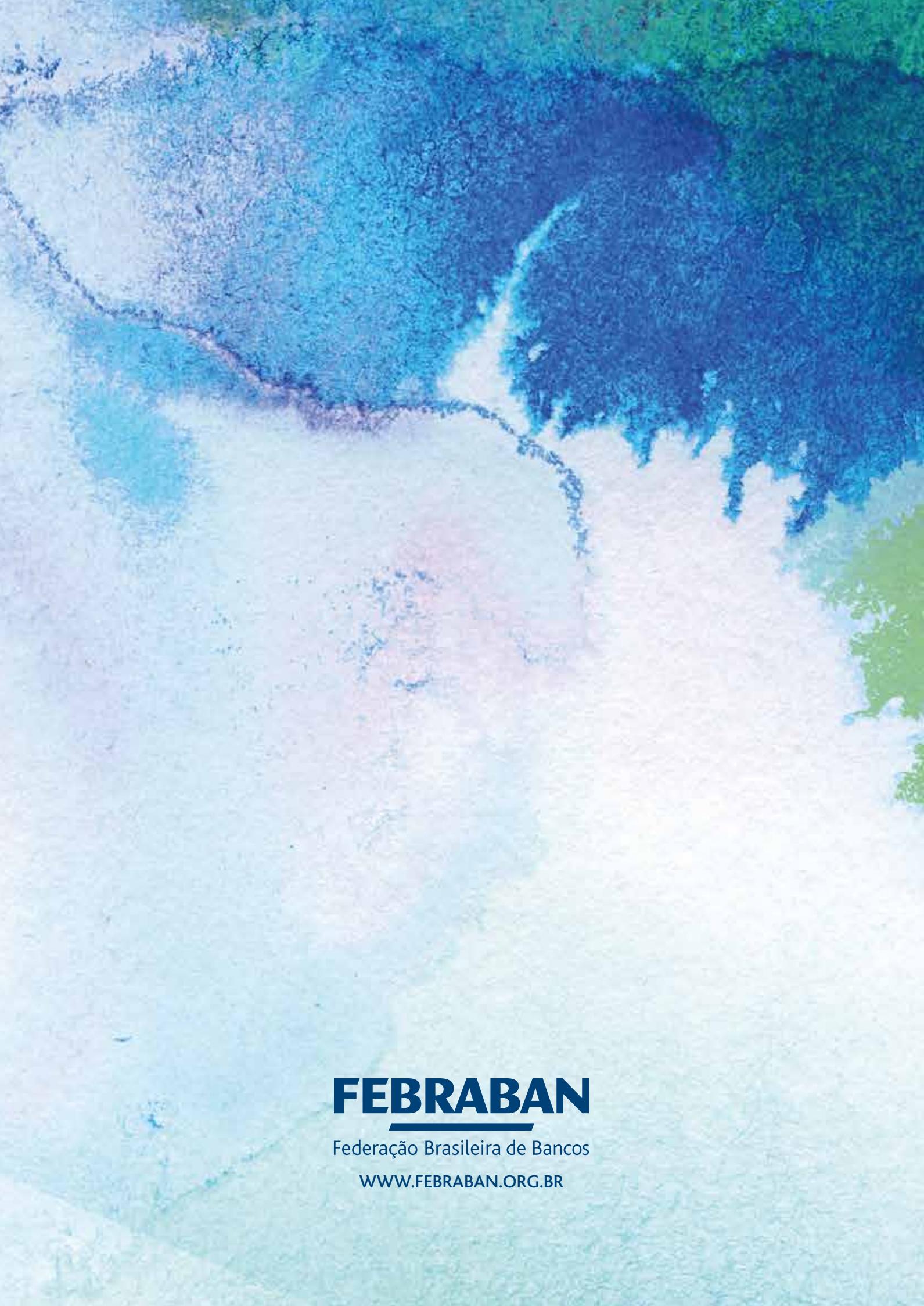
FAMÍLIA TIPOGRÁFICA

Bliss e MinionPro

Esta publicação é de responsabilidade da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)
e está disponível em formato eletrônico em relatorioanual.febraban.org.br

Para dúvidas, sugestões ou comentários, entre em contato com:
respsocial@febraban.org.br

FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos)
Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.485
Torre Norte, 15º andar
CEP 01452-002 – São Paulo-SP – Brasil
Tel.: 55 11 3244.9800 / 3186.9800
www.febraban.org.br
[@febraban](https://twitter.com/febraban)

The background of the entire page is a high-angle aerial photograph of a river flowing through a dense, green forest. The river's path is visible as a light blue-grey line against the darker green of the trees. The sky above is a clear, pale blue.

FEBRABAN

Federação Brasileira de Bancos

WWW.FEBRABAN.ORG.BR